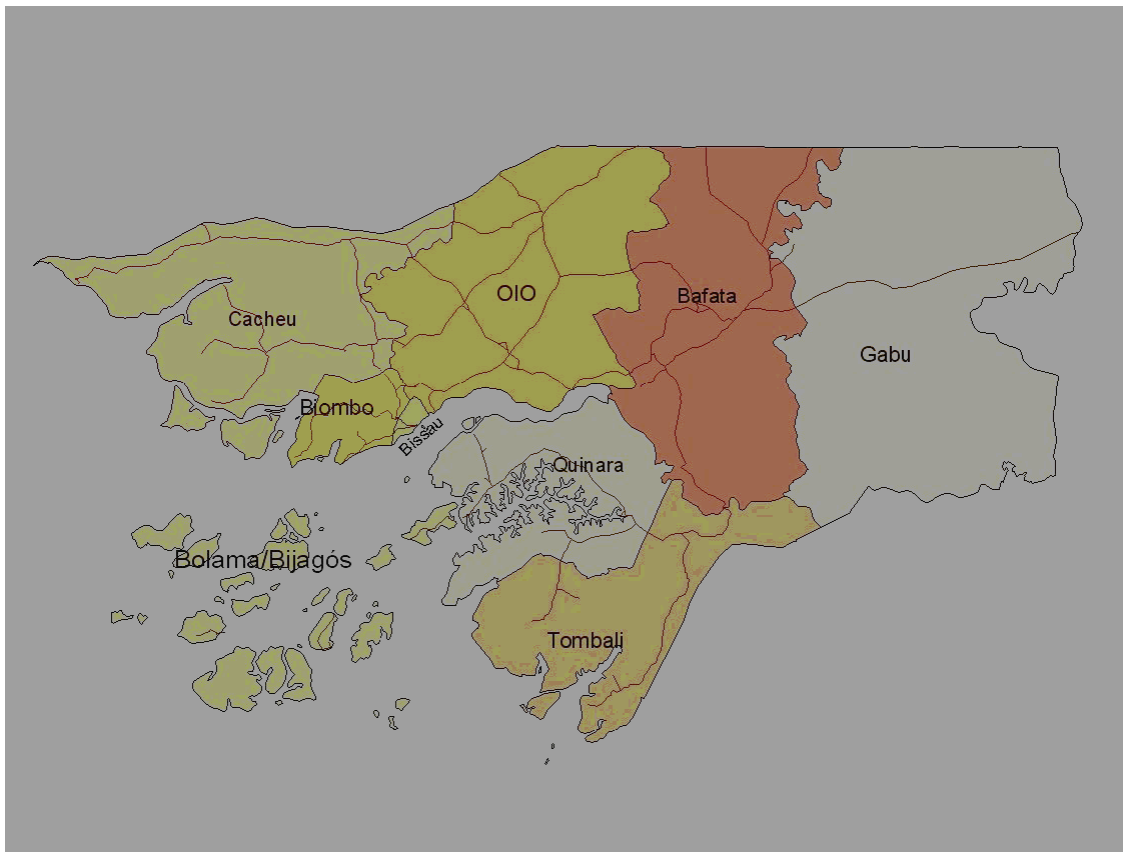




REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU  
ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR  
CONFERÊNCIA NACIONAL  
“Caminho para a Consolidação da Paz e Desenvolvimento”  
**RELATÓRIO DE RESTITUIÇÃO DA PRIMEIRA FASE DE CONSULTA  
E AUSCULTAÇÃO - 2011**



Mapa administrativo da Guiné-Bissau

FEVEREIRO 2016

## ÍNDICE

1. – Introdução .....	3
1.1. – Contexto .....	3
1.2. Conceito de análise .....	5
1.3. Objetivo de Análise .....	5
1.4. Metodologia de trabalho .....	6
2. Conferência Nacional Caminhos para a consolidação da paz e desenvolvimento.....	6
2.1. Quadros Conceptual.....	6
2.1.1. – A Comissão .....	6
2.1.2. Mandato da Comissão .....	7
2.1.3. - Fins da Conferência.....	7
2.2. - Fase operacional da Conferência .....	8
2.2.1. -Pessoas recursos e limites do processo .....	8
2.2.2. -Conferencia e ocutações realizadas .....	8
2.2.3. – Resultados e recomendações das auscultações em geral .....	9
I. Identidade Nacional e Soberania .....	9
II. Democracia e organização política do Estado .....	12
III. Justiça .....	15
IV. Relacionamento entre a população e as forças armadas.....	22
V. Desenvolvimento socioeconómico e segurança.....	24
VI. Sector de Defesa da Segurança visto pelos próprios militares.....	31
VII. Género.....	35
VIII. Diáspora guineense .....	36
3. Dinâmica de conflito e perspectiva duma conferência de consolidação da paz.....	38
3.1. Dinâmica de conflito Bissau-guineense: relação causa efeito .....	38
3.1.1. Período colonial .....	39
3.1.2. Período pós independência.....	40
3.1.3. Período democrático.....	41
3.2. Conflito e desafios de consolidação da paz: experiência do projeto vos de paz.....	42
3.2.1. As causas profundas de conflitos: a voz do povo.....	42
3.2.1.1. A nível do Estado .....	42
3.2.1.2. A nível de relações comunitárias.....	43
3.2.2. Problemas emergentes.....	43
3.3. Atores do processo de consolidação da paz e desenvolvimento.....	44
3.3.1. O estado.....	45
3.3.2. Os atores económicos e do setor privado .....	45
3.3.3. A sociedade civil os Média e a diáspora.....	47
3.3.4. As instituições da integração regional.....	47
3.4. Conferência nacional: que recomendações operacionais.....	47
3.4.1. O painel da defesa e segurança.....	48
3.4.2. A temática da justiça e consolidação do estado de direito.....	48
3.4.3. Estado e a geração de recursos e das necessidades básicas da população.....	49
3.4.4. O contributo da sociedade e de atores intermédios na construção da paz .....	49
3.4.5. A estabilidade governativa e a cooperação regional: que aliança.....	50
4. Bibliografia.....	51
5. Anexo – 1 – metodologia de realizações de cooperação .....	53
6. Anexo – 2 – slides PowerPoint - restituição .....	57

## **1- Introdução**

### **1.1 - Contexto**

A história da Guiné-Bissau, desde o período pré-colonial, colonial e pós independência, foi sempre testemunhada por episódios de resistências, confrontos e conflitos de diversas ordens entre os diferentes grupos étnicos, sociais e políticos. A luta armada de libertação nacional, que tanto promoveu a independência, foi também geradora de grandes afrontas e violências entre os guineenses devido a posições controversas entre a parte colonial e a dos movimentos de libertação. Após a independência política (em 1974), o desafio da nova autoridade nacional, o Estado, foi de dirigir a nova administração pública e procurar mecanismos de unidade entre os guineenses. Todavia, nesse período, era clara a formação de posições e de estruturas de conflitos entre os que tinham beneficiado/apoiado o colonialismo e os que consideravam dignos proclamadores da independência. O golpe de Estado de 1980, denominado “movimento reajustador”, testemunha essa verdade. Não obstante, o consumado, seguiram-se perseguições, dentro do aparelho de Estado e do partido/Estado, o PAIGC, com fuzilamentos, eliminações, ajustes de contas, antecipações etc., disso, o caso de 17 de Outubro de 1986.

Por imperativos externos, o período que vai do final da década de 1980 a princípios da de 1990 foi marcado por liberalizações económicas e políticas em boa parte do continente africano. Na Guiné-Bissau esse processo foi testemunhado pelas políticas de ajustamento estrutural e pela liberação política, através da queda do artigo 4º da constituição da República em vigor, que auferia ao PAGC a prerrogativa de ser o único partido político legalmente estabelecido no país.

Já durante o período democrático, na esperança de ver maior participação dos cidadãos na vida política, maior estabilidade, paz, desenvolvimento e, por consequência, melhores condições de vida das populações, assistimos a maior instabilidade política e governativa, a guerra 7 de Junho (1998/99). O país consumava o pior conflito político-militar, através de uma guerra civil, entre os próprios guineenses, que durou mais de onze meses.

Constata-se que a partir da implantação do multipartidarismo na Guiné-Bissau, por razões de instabilidade governativa, nenhum Governo e/ou Presidente da República democraticamente instituídos conseguiu terminar o seu mandato. Os sucessivos governos foram caindo, ora por causa de golpes de Estado, ora por causa de exonerações por iniciativa da Presidência da República. Verdade que tem constituído um bloqueio à estabilização política, económica e sociais necessárias para o arranque da Guiné-Bissau

rumo ao desenvolvimento. A precariedade dos indicadores do desenvolvimento em todos os sectores de vida nacional testemunha esse facto.

Por conseguinte, os guineenses conscientes das perdas e imbróglis de há muitos anos a esta parte decidiram juntamente com parceiros regionais e internacionais dar azo a iniciativas e programas de estabilização do país:

- Em 1999, o Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento lança iniciativa de uma Conferência de Reconciliação em Bissau;
- Após guerra civil (1998/99), as organizações da sociedade civil, em parceria com as suas congéneres da sub-região, organizam fóruns de reflexão em prol da paz na Guiné-Bissau e no Senegal;
- Em 2006, um grupo de Cidadãos de Boa Vontade elabora um Plano de Acção Nacional em favor da paz;

Várias outras iniciativas foram surgindo, com o propósito de pacificar a Guiné-Bissau, criando assim as bases dum desenvolvimento sustentável no tempo. É o caso das iniciativas do projeto Estados-Gerais, do Programa Voz di Paz, em parceria com a Interpeace<sup>1</sup>, das ONG nacionais (Alternag, Alansar), da Comissão Justiça e Paz, da Igreja Católica, dos esforços levados a cabo no interior das Forças Armadas, entre outras.

É nesta linha de procura de garantias de estabilidade democrática, governativa e paz social que a Assembleia Nacional Popular, em colaboração com a Presidência da República e o Governo decidem organizar o fórum denominado “Conferência Nacional, Caminhos para a Consolidação da Paz e Desenvolvimento na Guiné-Bissau”, com o único objectivo de procurar abrir um novo espaço de diálogo, integrando todas as camadas da sociedade guineense, para discutir com maior serenidade e profundidade os problemas, as causas dos conflitos na Guiné-Bissau, desde a independência política a data presente, propondo soluções.

## **1.2 - Conceitos em análise**

A conferência nacional caminhos para consolidação da paz e desenvolvimento, que de início se confundia com a necessidade de reconciliação nacional, muito cedo redefiniu a sua base conceptual, sendo a consolidação da paz e o reforço do Estado como horizontes a atingir. Assim, a consolidação da paz por definição refere medidas específicas que permitam a redução de risco de uma retomada de conflito, a ter em conta durante o

---

<sup>1</sup>) Uma ONG Internacional com a Sede em Genebra, Suíça.

processo, lançando bases para um desenvolvimento sustentável através de mecanismos de gestão de conflitos a todos os níveis. Condições necessárias de estabelecimento de uma paz duradoura e consequente desenvolvimento. Em análise, o estabelecimento da paz não representa apenas a ausência de conflitos e/ou violência, é, pois, um processo positivo, dinâmico e participativo que favorece diálogo e resoluções de conflitos no espírito de compreensão mútua e cooperativa entre as partes envolvidas (Nations Unies, 2007). Desta feita, o termo reconciliação nacional que no início se lançou é muito complexo e as vezes ambíguo na sua própria definição, como processo pelo qual uma sociedade se move de um nível de estado (dividido) para um outro (de partilha) (Bloomfield, David et al, 2003). É tanto um objectivo, algo para alcançar e, ao mesmo tempo, um processo, um caminho para atingir o mesmo objectivo. Não é apenas um simples processo, é sempre de longo prazo, durante o qual os objectivos podem ser furtados por novas crises.

No caso da Guiné-Bissau em concreto, a história de conflitos sempre envolveu o Estado, tanto na sua forma reivindicativa como na sua forma afirmativa. Do lado oposto, as populações sempre testemunharam experiências positivas de convivências e osmoses culturais. Assim, a consolidação da paz na Guiné-Bissau não pode ser conseguida sem uma análise enquadrada do papel do Estado. É a fragilidade e autoridade do Estado que em boa parte sempre estiveram na origem dos conflitos bissau-guineenses. A análise e o fortalecimento do Estado através de reforço de capacidade das suas instituições não só reforça a legitimidade do mesmo como alimenta a sua relação saudável com a sociedade. Para se inscrever em uma dinâmica positiva, o processo de fortalecimento do Estado deve assumir o estabelecimento de relações de reciprocidade entre o Estado, prestador de serviços à população, e os grupos sociais e políticos que participam construtivamente na vida do Estado (OCDE-CAD, 2008). Esta dinâmica positiva do processo de fortalecimento do Estado nas suas relações de reciprocidade com os demais grupos sociais e políticos pode permitir a sustentação da cultura de paz.

Estes, entre outros, são conceitos que, na nossa análise, consideramos importantes na observação de qualquer processo que visa procurar caminhos para a consolidação da paz e desenvolvimento e, serviram de orientação analítica ao longo do texto.

### **1.3 - Objectivo da análise**

Até a data presente, no quadro da Conferência Nacional, foram realizadas auscultações aos guineenses residentes no país e na diáspora sobre as causas dos sucessivos conflitos testemunhados ao longo dos anos da independência e consequentes soluções para estancar os mesmos. Neste quadro foram organizadas 22 sessões de auscultações, dos quais 20 a nível das regiões nacionais, e 2 a nível da diáspora (Dacar e Lisboa).

Através destas auscultações, e ao longo dos anos, algumas iniciativas, documentos e informações foram produzidos em matéria de conflitos e de consolidação da paz. É neste contexto que assenta a nossa tarefa de capitalizar todos os contributos possíveis de modo a melhor sustentação e orientação metodológica da “Conferência Nacional Caminhos para Consolidação da Paz e Desenvolvimento”.

Todavia, esse trabalho visa não só agrupar, em resumo, um conjunto de informações que possam servir de guia para diferentes atores envolvidos no processo mas, também, requiere um quadro de reflexão académica sobre a análise teórica das questões de conflitos, sua articulação e extensão dos atores envolvidos, sua profundidade respeitando a história e as etapas e, por fim, as definições e orientações estratégicas de temáticas a ter em conta durante a realização da Conferência.

#### **1.4 - Metodologia de trabalho**

Apesar de aparentemente ser uma compilação de documento e contributo de diferentes atores e eventos, tratando-se da realidade de conflitos e, sabendo que a cada conflito é lhe conferida uma realidade própria, a nossa metodologia de trabalho foi dividida em quatro fases:

Primeiro, foi necessário conhecer um pouco da realidade africana, em particular a da sub-regional, em matéria de experiências de conflitos, e o envolvimento de diferentes atores e instituições locais e internacionais. Segundo, após orientação teórica, foi preciso um enquadramento dos conflitos bissau-guineenses ao longo da história, desde o período colonial a esta parte. Numa terceira fase identificamos iniciativas, programas de prevenção de conflitos e consolidação da paz, bem como os principais atores nacionais, regionais e internacionais envolvidos no processo. Por fim, foi possível, após leituras, sistematizar todos os contributos e, por conseguinte, desencadear algumas orientações metodológicas a ter em conta no momento da realização da Conferência Nacional.

## **2 - Conferência nacional caminhos para a consolidação da paz e desenvolvimento**

### **2.1 - Quadro conceptual**

#### **2.1.1 – A Comissão**

Devido a instabilidade reinante na Guiné-Bissau desde os primórdios da independência, resultado das cíclicas crises político-militares e a consequente desorganização do aparelho de Estado; Considerando urgente a reversão desta insustentável realidade, a ANP, depois de um amplo consenso nacional, instituiu a criação da Comissão Organizadora da Conferência

Nacional (adiante designada pela sigla COCN) como estrutura de composição múltipla através do Despacho nº 04/2007, de 19 de Julho, do Presidente da Assembleia Nacional Popular e, posteriormente por despacho nº 05/GPANP/2010, do seu Presidente, fundado no cumprimento da sua Resolução nº 4/PL/ANP/2009.

### **2.1.2 - Mandato da Comissão**

Com atribuição de preparar, angariar meios financeiros e logísticos, organizar e realizar a Conferência Nacional: “Caminhos para a Consolidação da Paz e do Desenvolvimento”, foi definido como objectivo principal desta Comissão a criação de um espaço para que todos os guineenses, conhecedores da sua realidade e dos seus problemas, tenham oportunidade directa ou através dos seus representantes, de discutir as causas que estão na origem de conflitos, e encontrar soluções para os mesmos, através de esboços de mecanismos e estratégias para o desenvolvimento sustentável do país. Nesta perspectiva, no dia 19 de Agosto de 2010 realizou-se a cerimónia oficial de lançamento da Conferência Nacional no palácio Colinas de Boé, sob a égide de Sua Excelência o Presidente da República, e que congregou a presença dos demais órgãos de soberania bem como de outras sensibilidades do país.

### **2.1.3 – Fins da Conferência**

A Conferência Nacional dada a sua transcendente importância no diálogo sobre a consolidação da paz e desenvolvimento deve permitir que alguns fins sejam atingidos, a saber:

- Identificar e analisar as causas dos sucessivos conflitos;
- Permitir a sociedade exprimir livremente os sentimentos “recaídos”;
- Descortinar as causas e contradições entre diferentes estruturas da sociedade, das instituições estatais e não estatais (Presidência, Parlamento, Governo, Justiça, Sociedade Civil, Mídias, Forças Armadas, etc.);
- Analisar as consequências das crises a curto, médio e longo prazo;
- Ilustrar e debater os mecanismos e estratégias de prevenção dos conflitos na Guiné-Bissau;
- Identificar os mecanismos adequados para a resolução definitiva dos conflitos.

## **2.2 - Fase operacional da Conferência**

### **2.2.1 – Pessoas recursos e limites do processo**

Com o objectivo de dinamizar a Comissão criada pelo Despacho n.º 66/GP/ANP, de 3 de Julho de 2009, um novo despacho n.º 02/GP/ANP/2013 veio dar dimensão das instituições e pessoas recursos. Sendo que o Presidente da Comissão deve ser designado por consenso das entidades religiosas ou pela sociedade civil numa personalidade de reconhecida idoneidade cívica, sem filiação partidária e com capacidade intelectual demonstrada. O mesmo despacho envolve entidades como o Parlamento, Partidos Políticos, Presidência da República, Governo, Supremo Tribunal de Justiça e Organismo Internacionais como activos do processo.

Não obstante a legitimidade dos despachos, os documentos consultados testemunham, entre outros, a falta de apropriação do processo por parte da classe política, a falta de vontade política e rivalidades institucionais, insuficiências de meios financeiros e logísticos, e falta de clareza na definição metodológica da Conferência (ainda persiste a confusão entre a Comissão organizadora ser ou não de reconciliação e/ou apenas de organização do processo de reconciliação). A nova Comissão, liderada pela personalidade da entidade religiosa, conseguiu a despolitização da direcção, no entanto, algumas inclusões referente a sociedade civil, a género, aos jovens, a questões de mediatização da Conferência, e, por fim, a mobilização de fundos para uma autonomia administrativa e financeira continuam a ser desafios resistentes a boa organização do processo.

Os resultados apresentados até a data são consequências de concursos á uma série de entidades e instituições nomeadamente, o Governo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Gabinete do Representante especial do Secretário-geral das Nações para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS), Truz África, a Swiss Peace, a Open Societe for West África, entre outras.

### **2.2.2 - Conferência e auscultações realizadas**

Segundo os documentos consultados, a organização da Conferência Nacional está programada em duas fases, como consequência de alguns encontros preliminares realizados entre os membros da Comissão e a sociedade civil, as vítimas e/ou seus familiares, associações diversas. A primeira fase refere a auscultações dos guineenses residentes no país e na diáspora; a segunda terá a ver com a própria conferência em si, através de análise diferentes temáticas, testemunhas, depoimentos e consequente conclusões/recomendações. Na fase das auscultações foram organizadas 22 sessões, dos quais, 20 na Guiné-Bissau e 2



na diáspora (Dakar e Lisboa). Tanto a nível nacional como na diáspora as auscultações obedeceram temáticas sensíveis e polémicas, tendo em conta a especificidade da população em auscultação, desde as questões da identidade nacional, da segurança, do género, da diáspora e do desenvolvimento. De notar que há uma certa tendência de categorizar os problemas segundo as classes e/ou população dirigida durante as auscultações.

No campo do sector da Defesa e Segurança houve uma participação activa dos membros da sociedade castrense que, durante o evento, testemunharam vários elementos causadores de conflitos dentro da classe, tais como: promoções arbitrárias, tendo como consequência a desobediência na cadeia de comando, a instrumentalização dos atores pelos políticos, as assimetrias através de diferenças de tratamento e desnivelamento de salários entre os dois sectores.

A visão das auscultações realizadas na diáspora sobre a origem dos conflitos e instabilidade governativa centrou-se na interpretação e participação dos militares nos assuntos de governação, apesar de reconhecerem a influência dos políticos nos quartéis, os militares são em boa parte os responsáveis. Por outro lado, foram consideradas ausências de políticas migratórias, de participação dos migrantes no desenvolvimento através de transferência de conhecimento e bens e serviços, do exercício da cidadania nos processos eleitorais etc.

A nível das auscultações realizadas na Guiné-Bissau as preocupações realçam a ausência do Estado nas diferentes regiões do país, o abuso de poder e de autoridade por parte da classe castrense, autores de diferentes golpes de Estado, a má administração da justiça e a impunidade geral no país como se segue:

## **I. IDENTIDADE NACIONAL E SOBERANIA**

No debate do tema “Identidade Nacional e Soberania” os participantes centraram a sua atenção em torno de três conceitos fundamentais, a saber:” o que é ser Guineense”, “Soberania dos países” e os aspectos chaves para a “soberania Nacional”.

A diversidade sociocultural que sempre caracterizou e caracteriza a sociedade Guineense foi analisada na sua dinâmica. Considerou-se que, contrariamente ao que aconteceu no passado (durante a Luta Armada de Libertação Nacional e os primeiros anos da conquista da independência política da Guiné-Bissau), quando a diversidade sociocultural era vista e tratada por todos como um factor de força e de enriquecimento da identidade nacional. Com o advento do multipartidarismo, esta mesma diversidade passa a representar um factor de

instabilidade, de fragmentação e conflitos entre os Guineenses, por causa da instrumentalização para fins particulares que certas categorias da população, políticos em particular começaram a fazer desses factores de diferença. As diferenças deixam de ter o valor que tinha outrora (factor de vivência e convivência pacífica entre povos e culturas) para passar a ser fonte de instabilidade, desconfiança e ódio.

Os conferencistas pensam que esta nova fase, começou a manifestar-se a partir do primeiro golpe de estado perpetrado no País, passando, porém a ganhar maiores proporções com a implantação do sistema multipartidário na década de 1990. Os actores políticos, guiados pela velha estratégia de “dividir para melhor reinar” são apontados como sendo os principais instigadores do espírito divisionista e de falta de tolerância entre as diversas comunidades étnicas, religiosas e outras da Guiné-Bissau.

A questão da soberania também foi longamente debatida no decurso das vinte e duas sessões de auscultações organizadas no país e na diáspora. Colocaram-se questões como a “facilidade” que se observa hoje em dia em relação à aquisição de documentos identitários e da nacionalidade na Guiné-Bissau, tais como Bilhete de Identidade e Passaportes a estrangeiros em troca de bens monetários. Para muitos conferencistas este tipo de práticas não só significa colocar a disposição do mercado a identidade nacional, mas ao mesmo tempo contribuir para promoção de má imagem da Guiné-Bissau dentro e fora do território nacional. Exemplo disso são as constantes detenções no estrangeiro de pessoas de idoneidade duvidosa com documentos nacionais da Guiné-Bissau. O pior de tudo é que o acesso a estrangeiros de documentos nacionais se torna muita das vezes mais fácil do que a atribuição a nacionais Guineenses desses mesmos documentos.

Outro aspecto longamente debatido tem a ver com a ausência do Estado em muitos pontos do território nacional. A falta de cobertura das instituições de Estado se manifesta de várias maneiras, desde a inexistência de estruturas de fornecimento de serviços básicos (registo de nascimento, Bilhete de identidade, passaporte, serviços de protecção aos cidadãos dentro do território nacional e junto às fronteiras) até a ineficácia dos poucos serviços existentes. Considera-se que situações dessa natureza contribuem negativamente para o reforço e consolidação da identidade nacional.

Por outro lado, falou-se do factor linguístico como elemento por excelência na formação e consolidação da identidade de qualquer nação. Nesse caso, a falta de promoção do crioulo da Guiné-Bissau, hoje uma língua de comunicação de facto entre todos os Guineenses independentemente das pertenças (étnicas, religiosas), lugar de origem e de permanência, é

considerado um molesto e uma forte tentativa ao reforço da identidade colectiva dos Guineenses e conseqüentemente à formação da nação.

A falta de tolerância e de respeito pelas diferenças que sempre caracterizou a sociedade Guineense, a perda das funções sociais mais elementares da família (educação básica sobre comunidade viver e conviver pacificamente com os outros, etc.) são aspectos que os Guineenses têm vindo a perder ao longo dos anos.

A progressiva perda de valores positivos de referência (tais como, a admiração por valores positivos como: amor e valorização do trabalho; promoção baseada no mérito, entre muitos outros) representa hoje e cada vez mais, uma grande ameaça para a criação dos alicerces básicos para o arranque da Guiné-Bissau rumo ao desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Também, por outro lado, o fardo da pobreza que grassa mais de oitenta por cento dos cidadãos da Guiné-Bissau, sobretudo nas zonas rurais, foi considerado um importante factor de instabilidade e conflitos entre os Guineenses. Pois como se costuma dizer “em casa onde falta pão, todos ralham e ninguém tem razão”. Por isso a luta contra a pobreza representa hoje um dos maiores desafios que se coloca aos Guineenses.

Os conferencistas centraram as suas reflexões não só no diagnóstico dos factores que estão na base dos sucessivos conflitos que assolam a vida dos cidadãos Guineenses, mas também procuraram apontar pistas para ultrapassar os problemas identificados. Assim, para o tema de identidade nacional e soberania, foram recomendadas as seguintes linhas de acção:

- Maior dedicação das autoridades para o sector da educação, com a introdução de novas disciplinas, de entre as quais se destaca a educação para a cidadania;
- Promoção do crioulo e sua introdução no sistema de ensino e sua adopção como língua nacional na Guiné-Bissau;
- Dar atenção particular aos problemas de natureza identitário (étnicos, religiosos, regionalista, etc.) que têm vindo há surgir um pouco por todo o território nacional;
- Reforçar a segurança dos cidadãos dentro do território nacional e junto às fronteiras;
- Elaborar uma política de quadros técnicos e criar incentivos às suas permanências no interior do país.

## II - DEMOCRACIA E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO

O sistema político que existe no país é o resultado das transformações políticas operadas no início dos anos 90, mais concretamente a partir das primeiras eleições pluralistas de 1994.

Antes o sistema era monopartidário, o movimento de libertação que conduziu o país a independência reclamava para si a exclusividade de força política dirigente da sociedade traduzida na prática, pela não existência de sufrágio directo, livre e universal. Funcionando o modelo de centralismo democrático, em que todas as decisões saiam de um único centro, uma vez que o Partido e o Estado se confundiam.

Durante as conferências, este tema foi explorado pela abordagem dos seguintes assuntos:

- Multipartidarismo
- Sistema Eleitoral (Círculos, listas, elegibilidade, etc.).
- Partidos Políticos (mandatos, números e financiamento)
- Relacionamento entre os órgãos de soberania
- Poder Local e Autarquias
- Liberdade de Imprensa
- Relação Estado-Poder Tradicional

### **Problemas levantados**

● **O facto do modelo democrático multipartidário ter sido introduzido sem uma prévia e contínua preparação.**

● O facto do sistema dos círculos eleitorais implantado não corresponder a realidade do país e permitir que se assentem actividades partidárias em zonas, onde vivem maioritariamente determinados grupos étnicos, o que fomenta a instrumentalização dos problemas étnicos.

O de se considerar haver número excessivo de partidos políticos, constituindo esse facto um problema.

- o facto das pessoas não serem responsabilizadas pela gestão danosa de coisa pública, mesmo quando esses factos são por todos conhecidos. O facto de existir sentimento de haver impunidade e isso se refletir na qualidade da administração pública que temos. Como consequência as pessoas desviam bens do estado para fins pessoais sem que nada lhes aconteça. Práticas muitas vezes encorajadas por amigos e, sobretudo familiares.
- O facto de existirem sinais notórios de mau relacionamento entre os titulares de órgãos de soberania, principalmente entre o Governo, o Presidente da República e a Assembleia.
- A falta de qualificação de muitos titulares de cargos públicos, foram dados exemplos de deputados que não sabem ler, ou com nível de habilitação literária fraco, incapazes consequentemente de compreender projetos de diplomas e de resolução, com reflexos nas qualidades das suas prestações.
- O facto de existir sentimentos de ausência de Estado em varias partes do território nacional, tendo-se inclusive falado de abandono por parte do Estado com mais ênfase nas regiões do Sul.
- O facto das forças militares e paramilitares se sobreporem ao poder político. Achou-se que os militares obrigam o Presidente da Republica e/ou o Governo a nomearem pessoas que eles querem e não pessoas de confiança destes.
- O facto de não existir cultura de legalidade na administração de coisas públicas. Não respeito pelo Orçamento Geral de Estado nem controlo por parte do Tribunal de Contas.
- O facto da comunicação social não ser usada de forma adequada, muitas vezes, em vez de servir como educador e informador é usada para agudizar os problemas.
- O facto de não se reear a ostentação de enriquecimento ilícito por parte de altos dirigentes políticos e militares. Facto considerado como promotor às corridas para cargos públicos com a finalidade apenas de enriquecimento.
- O facto de até agora não se ter completado o ciclo das eleições, devido a não realização das eleições locais.
- O facto do poder tradicional não ter sido reconhecido; são entidades que poderiam ajudar na organização das população e na resolução de alguns conflitos, mas que se sentiram marginalizados pelo Estado.

### **Propostas de solução**

Alteração das divisões dos círculos, como por exemplo, fazer com que os círculos eleitorais ultrapassem territórios ocupados em maioria por um determinado grupo étnico. Sobre os círculos eleitorais falou-se ainda de que as pessoas votam e não sabem por quem votam, não conhecem todos os elementos de uma lista partidária, acharam que devia haver um sistema que garantisse as populações eleger quem seguramente os representasse.

Os partidos políticos que não têm representatividade ao nível nacional devem ser dissolvidos. Esta proposta foi avançada em quase todas as conferências, tendo em conta de que existem sentimentos de que há excesso de partidos políticos e este facto não permite as pessoas avaliarem as propostas e soluções apresentadas seriamente.

Deve-se incentivar a participação das mulheres nas actividades políticas e promover que sejam colocadas nos lugares de destaque a fim de poderem participar nas tomadas de decisões. Esta participação pode ser conseguida através de fixação de quotas mínimas.

Relativamente ao sistema político, alguns entendem de que deve ser implementando o presidencialismo, como forma de evitar conflitos de competências entre os titulares dos órgãos de soberania.

Outros defendem a continuação do semipresidencialismo, tendo em conta a memória do passado recente em que existem riscos de concentração de poder e que provoca desvios enormes.

As duas posições foram debatidas sob a consideração de situações de instabilidades institucionais que o país conheceu, como por exemplo a dissolução do parlamento e demissão do governo por parte do Presidente, ou alguns conflitos entre o Governo e o Presidente da Republica.

Controlar o exercício do jornalismo, através de responsabilização dos actos contrários a lei, como injurias e difamações através de órgãos de comunicação social e dar mais formação aos agentes de comunicação social.

Melhorar a grelha salarial dos funcionários do Estado, e estimular a seriedade e o melhor desempenho através das progressões nas carreiras.

Criar um sistema de responsabilização dos deputados em relação aos compromissos eleitorais, através de eliminação da possibilidade dos deputados serem independentes, uma vez que ninguém é eleito autonomamente, só através das listas partidárias.

### III - JUSTIÇA

A memória colectiva da justiça é associada historicamente a repressão e ordem. Esta ideia remonta da época colonial, em que as pessoas eram presas e deportadas para as colónias penais das Ilhas das Galinhas ou de Tarrafal sem qualquer julgamento.

As autoridades coloniais serviam-se das polícias administrativas, designados de CIPAIOs, para imporem as suas decisões, principalmente para sancionarem os incumpridores das obrigações dos impostos.

Para tratar dos assuntos relacionados com as populações nativas, as autoridades coloniais instituíram os tribunais privativos indígenas e os julgados municipais, formados por funcionários administrativos e alguns colaboradores.

Com o início da Luta Armada de Libertação Nacional, foram criados os tribunais populares de base, constituídos por pessoas escolhidas entre as populações para apreciarem e dirimirem os litígios entre as pessoas.

A independência produziu o choque entre o sistema vigente nas zonas controladas pelas autoridades coloniais e o sistema das zonas libertadas. Este último veio a prevalecer, pois, o conjunto de aparatos que ajudavam a fazer funcionar o sistema colonial foi desmantelado e ficou o sistema dos tribunais populares de base e o dos tribunais estadual a funcionar em Bissau, onde muitas das pessoas que desempenhavam a função de magistrados não eram licenciadas em Direito.

A partir de 1994, foi instalado o actual modelo de organização judiciário, cuja apreciação, por parte da população pode ser avaliada nas referências e nas diferentes conferências.

O Tema relacionado com a justiça foi abordado na base das seguintes orientações:

- Sobre a qual seria a percepção dos conferencistas sobre a justiça. Pelo que deveriam ser referidos:

(I) O que corre bem

(II) O que corre mal

(III) Idéias sobre o que fazer para que a justiça corresponda aos anseios e expectativas dos cidadãos.

A questão da justiça foi vista, a primeira, como questão transversal a todos os problemas que o país enfrentou e continua a enfrentar.

Assim, o tratamento dos agentes, (os responsáveis e as vítimas) das várias crises, foi invariavelmente sugerido em todas as conferências.

Apesar disso, existem aspectos que se podem considerar atingir todo o ser da justiça ao nível nacional, mas também existem situações concretas à determinados sectores e zonas geográficas.

Assim no Sector da Defesa e segurança, foram levantados aspectos de Justiça específicos à esse sector, de entre os quais se destacam:

A Estrutura e funcionamento dos órgãos de justiça militar, nomeadamente, a promotoria militar e os tribunais militares foram considerados, como não funcionando de forma efectiva e independente.

Também foi referido a não existência de instrumentos jurídicos que orientem os procedimentos nessas instituições, como por exemplo, o Código de Justiça Militar ou uma lei que oriente o funcionamento da promotoria militar.

A não delimitação clara dos assuntos que devem ir para o tribunal militar regional e superior;

O não conhecimento de normas que orientam o acesso e funcionamento da justiça militar;

O não acesso por parte dos militares e paramilitares aos órgãos de justiça militar para reivindicação dos seus direitos.

Com relação a situação da justiça fora do âmbito específico do sector da defesa e segurança, de forma sitética todas as conferências sugeriram que:

1. Em relação as vítimas:

- A necessidade de serem compensados, tanto os sobreviventes como os respectivos familiares. Sobre as formas de compensação, as respostas foram diversas, alguns falaram em compensação financeira, outros em reconhecimentos públicos ou em reposições nos lugares onde foram



impedidos de aceder em termos de carreira e, até em atribuição de bolsas ou empregos aos filhos ou familiares próximos;

## **2. Com relação aos atores:**

- Levar todos os infractores à Justiça – todos os que foram autores ou participaram em casos de conflitos devem ser julgados, como forma de desencorajar mais actos de crimes.
  - Proporcionar um espaço de conciliação entre as vítimas e os agentes - para que sejam dadas possibilidades às pessoas para se arrependerem e às vítimas para se desabafarem e perdoarem os males que julgarem terem sofrido;
  - Houve porém os que acharam que considerando que todos os guineenses, ou se não a maioria, terem sido quer directa ou indirectamente, responsáveis ou vitimas dos vários casos que têm passado, os mesmos deveriam enveredar pelo perdão, isto é, esquecer o passado (virar a pagina) e começar um novo capítulo da nossa história.
3. Colocou-se também o problema de criação de condições de segurança para o retorno dos cidadãos exilados em consequência dos sucessivos conflitos.
  4. Referiu-se também a inoperância do Tribunal de Contas, resultante não só da desorganização interna desta instância, como também dos obstáculos criados pelas instituições do Estado que deviam ser fiscalizados. Estes aspectos foram considerados como consequência da prática de não responsabilização e do mau funcionamento da Administração pública.

Dos assuntos explorados foram levantados os problemas que tocam especificamente o sector da justiça e apontadas algumas propostas de soluções:

### **Problemas**

#### **● Morosidade da Justiça**

As pessoas consideram que os nossos tribunais levam muito tempo para tomarem uma determinada decisão, e as decisões tardias provocam, varias vezes, desistências e por isso as pessoas preferem recorrer a policia ou a outras entidades para que os seus problemas sejam resolvidos rapidamente;

#### **● A Justiça privilegia as pessoas com maiores possibilidades económicas**

Considerou-se que, quem tem possibilidades de pagar a queixa e a deslocação dos agentes e de subornar tem mais possibilidades de ganhar uma causa na justiça, este sentimento é generalizado em todas as conferências e retrata o sentimento de corrupção na justiça (apreciando as conversas nas diversas conferências, nota-se que este problema é posto mesmo em zonas e pelas pessoas que não têm contactos com os tribunais, embora haja casos exemplificados, de multas e indemnizações aplicadas sem fundamentos legais, mas os casos mais referidos são os que se passam nas esquadras de polícias e noutras instancias que não são no tribunal).

#### ● **Justiça cara**

Os custo de deslocação para as zonas onde funcionam os tribunais, pois existem varias áreas que não têm tribunais, mesmo algumas regiões, como as ilhas, as custas processuais ( como selos e papeis selados, preparos) são elevados para a maioria da população, a constituição dos advogados é também custoso. Estes são dos factores mencionados e que dificultam o acesso à justiça por parte de muitas pessoas, preferindo outros meios alternativos de resolverem os seus problemas.

#### ● **Falta de condições materiais e humanas**

Os órgão judiciais são insuficientes em numero de tribunais, deu-se o exemplo de zona Sul que tem um tribunal regional em Buba para cobrir toda a província e zonas que têm tribunais de sectores para cobrir varias localidades.

Os que existem também deparam com falta de meios materiais, tais como máquinas de escrever, motorizadas para os oficiais fazer diligências e sobretudo a falta de edifícios próprios para o funcionamento dos tribunais.

Quanto ao pessoal, existem faltas de juízes, há tribunais há mais de um ano sem juiz ou sem delegados, ou oficiais, muitos magistrados sem formação especifica em Direito e há exemplos de magistrados que estão muitos anos em certas zonas e que criam certas cumplicidades com as pessoas, e algumas dessas relações afectam os seus desempenhos.

#### ● **Usurpação de competências dos tribunais pelas polícias**

Em todas as conferências regionais este fenómeno foi referido, isto quer dizer que é uma prática, não só das zonas onde não existem tribunais, mas em todo o território nacional.

Pode-se dizer que mesmo entre as forças policiais existem conflitos de competência e isto foi atribuído a própria organização de Estado.

#### ● **Interferências dos políticos e militares nas decisões dos tribunais**

As interferências são referidas nos casos de políticos que vão directamente aos tribunais utilizando as suas posições e influências para obstaculizar as tomadas de decisões e dos militares ou policiais que protegem certos amigos ou familiares para que não sejam traduzidos a justiça.

Existem factos relatados de pessoas que pressionam a justiça através de telefonemas, envio de militares fardados, recusa de cumprimento de ordens dos tribunais por parte dos agentes fardados, que não são só os militares.

#### ● **Corrupção na Justiça**

A corrupção é realçada quando referem os subornos recebidos pelos operadores judiciais a fim de tomarem ou não tomarem determinadas decisões. Também referem a falta de fiscalização dos magistrados, ” porque ninguém tem moral para exigir alguém”.

Falam de perdas de processos e de decisões contraditórias e que não permitem as pessoas compreenderem a forma de funcionamento da justiça.

#### ● **Falta de tribunais nas regiões**

Este facto foi referido nesta parte com exemplos concretos de falta de qualquer tipo de tribunal nas regiões de Bolama/Bijagos, Tombali, Cacheu e Biombo. Mesmo os tribunais de sectores estes só existem em pouco numero de sectores.

#### ● **Os advogados não colaboram para uma boa administração da justiça**

Valem todos os meios para os advogados atingirem os seus objectivos. Entre as constatações feitas, referiu-se os constantes recursos aos meios de comunicação social para manipulação da opinião pública criando assim imagens que não abonam para a justiça. Acumulações de funções que não são compatíveis com o exercício de advogados, como os cargos políticos.

Cobranças exageradas dos honorários por parte dos advogados.

#### ● **Insuficiência das prisões**

As pessoas referem que sabem de casos de gentes condenadas e que andam a passear livremente nas ruas, até contactando directamente com as suas vítimas, aumentando não só o sentimento de impunidade, mas também da insegurança. Também os centros de detenção que existem não foram classificados de estabelecimentos prisionais, porque não ajudam a socializar ou reinserção dos detidos, falou-se de que as pessoas saem mais delinquentes do que antes.

Existem falta de centros de detenções para as mulheres e adolescentes.

Não existem acompanhamentos prisionais.

#### ● **Percepção de que a justiça é o mal de todos os problemas que afectam o país**

Este sentimento foi manifestado, principalmente nas conferências do sector da defesa e segurança e na diáspora, justificado como a causa de recurso aos meios ilícitos como os levantamentos militares, recurso a auto justiça e que deixam sequelas negativas na sociedade em geral.

É importante realçar que quando as pessoas falam de justiça como factor de todas os males, não referem apenas ao tribunal, mas também a repartição dos recursos, o respeito ao próximo.

#### ● **A justiça é vítima das instabilidades do país**

A resposta dos operadores judiciais quanto as responsabilidades atribuídas ao sector é que a justiça precisa de organizar-se, e isto implica a maior estabilidade dos quadros, reformas legislativas de forma a aplicação sustentável dos objectivos preconizados nos diferentes projectos.

Falou-se das formas de progressão das carreiras dos magistrados e de desigualdades de tratamentos entre os juízes e os outros operadores, principalmente os do Ministério Público.

As condições do trabalho dos juízes, os salários que auferem não são compatíveis com as exigências que lhes são feitas.

Sobre o funcionamento da justiça, em algumas zonas foram levantados os problemas dos conflitos que existem entre as autoridades tradicionais e estatais, mas sobretudo os conflitos entre o direito positivo e alguns usos e costumes locais.

As autoridades tradicionais queixaram de desrespeito por parte de algumas pessoas, principalmente os juízes, enquanto que estes, por sua vez, falaram das interferências e tomadas de medidas que não são legais.

Também foram feitas críticas a falta de colaboração da população, algumas pessoas encobrem os criminosos, escondendo-os nas suas casas. As pessoas recusam ir testemunhar, mesmo em relação aos factos que tenham presenciado, isto tem a ver com os problemas culturais.

Seguindo a metodologia do relatório síntese e que baseou nas formas como os debates foram orientados, os conferencistas, procuram propostas de soluções para os problemas levantados, assim no que se refere aos problemas da justiça, foram apontadas as seguintes.

No que concerne ao funcionamento da justiça foram ainda referidos os conflitos que surgem entre as autoridades tradicionais e estatais e se queixou da falta de colaboração das populações com a justiça. Foram exemplificados casos de encobrimentos de pessoas que cometeram as infracções quando estão a ser procurados pelas autoridades,

Também se realçou os conflitos entre os usos e costumes locais e as leis em vigor no país.

As autoridades tradicionais se queixaram de que não são considerados pelos responsáveis estatais, principalmente pelos juízes.

### **Propostas de solução**

As propostas de soluções avançadas são na sua maioria abstractas, salvo em alguns casos onde houve presença de técnicos que operam no sistema judicial, como nos casos das conferências no sector autónomo de Bissau.

Assim as que foram apresentadas foram:

- Separação das presidências dos conselhos superiores das magistraturas, tanto judicial como do Ministério Público da Presidência do Supremo Tribunal e da Procuradoria - Geral da República e da não inclusão dos advogados no activo nesses órgãos.

Esta proposta foi fundamentada no facto de ser a presidente a presidir o órgão que orienta e disciplina a actuação dos magistrados e ser responsável do órgão que decide sobre os recursos vindo dos juízes. A lógica da criação dos conselhos superiores é para separar as funções jurisdicionais das administrativas e da forma como as coisas acontecem esses objectivos não podem ser atingidos.

O mesmo argumento vale para a Procuradoria-Geral da Republica.

No caso dos advogados em activo fazer parte do órgão que fiscaliza a actuação dos juízes, referiu-se que isso pode levar conflito de interesses e que estes não abonam a favor de uma justiça eficiente e transparente.

- **A inspecção judicial deve funcionar efectivamente.**

Entendeu-se que, se houver inspecções regulares sobre o funcionamento dos tribunais, muitos dos desleixos que são verificados, como poucas marcações dos julgamentos, morosidades nas citações e notificações, ausências dos funcionários nos postos onde são colocados, principalmente nos tribunais do interior, podiam ser eliminados.

- **Autonomização da gestão do cofre dos tribunais (envolver as duas magistraturas na sua gestão).**

Para garantir a transparência e eficiência na utilização, tanto das cobranças feitas pelos tribunais, como nas cauções e indemnizações feitas, deve-se proceder a.

- Revisão das legislações que orientam o acesso e o funcionamento da justiça, como prioritariamente os códigos das custas judiciais, do processo civil, penal e do processo penal, código civil).
- Colocação dos funcionários auxiliares da justiça capacitados (escrivães e oficiais de diligencias). Formar em exercício e contínua dos que já operam no sistema.

#### **IV-RELACIONAMENTO ENTRE A POPULAÇÃO E AS FORÇAS de DEFESA E SEGURANÇA**

A discussão desse tema foi conduzida em torno de três questões chaves, a saber: (i) Papel dos militares no contexto actual e no futuro do país; (ii) As reformas dos sectores de defesa e segurança em curso; (iii) A situação (estatuto e papel) dos Combatentes de Liberdade da Pátria.

De uma maneira geral o balanço entre civis, militares e as forças de segurança foi considerado menos positivo. Foram destacadas várias situações em que os agentes de defesa e segurança ao invés de cumprirem os seus estatutos de defensores dos interesses dos cidadãos que a Constituição da República lhes confere, muitas das vezes utilizam esse mesmo estatuto para agirem contra os interesses das populações. Falou-se muito do recurso à força pelas Forças de Defesa e Segurança contra os interesses civis. Foram citados casos de interferências e envolvimento, indevido, de militares e polícias em casos judiciais, matéria para a qual não têm competências. Foram sublinhadas outras práticas dos agentes

militares e de segurança que não só não lhes dignificam enquanto principais garantes do sossego e de segurança dos cidadãos, mas também enquanto entidades que têm de estar na linha de frente quando se tratar de projecção do bom nome da Guiné-Bissau dentro e fora do território nacional. Trata-se, por exemplo, do envolvimento dos militares e agentes de segurança em episódios de tráfico de droga.

Os participantes das conferências debruçaram-se também sobre as reformas dos sectores de defesa e segurança em curso no país. A necessidade de implementação dessas reformas com a máxima brevidade de tempo possível é visto como uma das formas de se alcançar a paz duradoira na Guiné-Bissau. Considera-se que a realização das reformas pode ajudar a ultrapassar muito dos problemas estruturais com que as Forças armadas e de Segurança se vêm confrontadas neste momento (como por exemplo os desequilíbrios de várias naturezas: a falta de compatibilidade entre o número de efectivos e as necessidades e possibilidades financeiras do país, a pirâmide invertida existente entre o número de oficiais superiores, praças e sargentos, desproporção considerável que se verifica entre salários de oficiais superiores e soldados, tratamento desigual entre agentes de mesma categoria de militares e polícias, crónico défice de fardamentos e outros materiais e equipamentos para as forças de defesa e segurança, falta de critérios objectivos e equilibrados na promoção dos agentes, clientelismo, operacionalidade da justiça militar, desfazamento entre as necessidades em termos de competência militar e das Forças de Segurança e o capital humano existente actualmente nesses dois sectores, entre outros), tudo isso considerado como sendo factores que contribuem negativamente para a pacificação do país.

Foram também tratados aspectos relacionados com as relações institucionais entre as instituições militares e policiais e as demais instituições de soberania. Foram referidas, por exemplos, as dissintonias que constantemente se registam entre a instituição militar e os sucessivos governos, pondo em causa todas as disposições da República sobre o dever e a obrigatoriedade de subordinação das Forças de defesa e segurança ao poder político.

Os participantes foram unânimes em reconhecer a difícil situação em que se encontram os Combatentes de Liberdade da Pátria e a necessidade urgente de se encontrar uma solução para essa situação. Os problemas que afectam a vida dos Combatentes de Liberdade de Pátria são de várias ordens (por um lado, falta a precisão e clarificação das normas e regulamentos que dizem respeito a vida dessa categoria de cidadãos, por outro lado, falta coragem política de assumir na íntegra as disposições legais já existentes sobre os Combatentes de Liberdade da Pátria.

### **Propostas de solução**

- Implementar o serviço militar obrigatório;
- Atribuir quota étnica com vista ao estabelecimento de equilíbrio nas forças de defesa e segurança;
- Elevar o nível de instrução das forças militares e paramilitares;
- Introduzir novos itens da legislação militar e paramilitar na Constituição da República, tais como o Código do Processo Penal, o Código Penal e demais leis relacionadas com a formação e a capacitação dos agentes;
- Restabelecer educação cívica nos quartéis;
- Promover intercâmbios permanentes por um lado, entre militares e paramilitares, por um lado, entre os dois e os civis;
- Reestruturar o Tribunal militar;
- Promover campanhas de recolha de armas em todo o território nacional;
- Efectuar reajustamentos entre as forças militares e paramilitares em termos de promoções, salários e outros;
- Realizar um verdadeiro recenseamento dos combatentes de Liberdade da Pátria.

## **V- DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E SEGURANÇA HUMANA**

### **Assuntos Abordados**

#### **1. Modelo de Desenvolvimento económico do país (Liberal, Pendor Socialista, Neoliberal)**

A Guiné-Bissau teve uma particularidade histórica que foi a obtenção da independência política, depois de 12 anos de luta armada para a libertação nacional, devendo muito essa vitória a toda a sociedade. Esse facto originou fortes expectativas por parte da população guineense e mesmo da comunidade internacional que apoiou a luta de libertação nacional, pois esperavam que o processo da condução e gestão da luta armada desenvolvido pelo PAIGC pudesse resultar na criação de um Estado pós-colonial “ideal”, que pudesse servir de modelo e referência “pedagógica” para outros países africanos, porque o poder ia ser assumido por um movimento que se reclamava de modelo socialista.

Esse discurso político de tendência socializante, utilizado durante o processo da luta armada contra a presença colonial é que contribuiu mais para a mobilização da população e para a sua disponibilidade em aceitar os sacrifícios resultantes da participação na luta. Tudo fazia acreditar que o PAIGC poderia vir a ser uma inovação no funcionamento do Estado assim



que assumisse o poder no país onde se esperava que pudesse vigorar uma democracia revolucionária que implicasse que: i) Todos os grupos sociais possam participar na elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento; e ii) o Estado trabalharia fundamentalmente de acordo com os interesses da população.

Infelizmente, o balanço geral da governação do regime do PAIGC, tornaram evidente que, pelo menos, relativamente às grandes linhas, tudo ficou longe de ser concretizado. Podia-se perguntar então o que terá falhado?

Salvo o que aconteceu durante a Conferência da diáspora em África, em Dakar, onde este assunto foi de alguma forma objecto de discussão, nas restantes conferências não se discutiu muito o modelo de desenvolvimento adoptado na era pós-colonial na Guiné-Bissau e suas consequências para a actual situação do país. Terá o modelo adoptado logo após a independência, o de substituição de importações em detrimento do desenvolvimento do sector agrícola contribuído para o empobrecimento do mundo rural? Terá esse abandono e empobrecimento do mundo rural contribuído para a forte migração campo cidade, desemprego urbano e conflitos existentes?

De facto quer me parecer que, ou por dificuldade de definição de modelos alternativos ou porque se dependeu muito das estratégias externas “impostas” pelos nossos parceiros de desenvolvimento, este sub-tema nunca constituiu grande preocupação nos debates políticos na Guiné-Bissau.

Antes das duas aberturas (económica e política), a Guiné-Bissau podia-se considerar um país com uma economia centralizada, quer por opção política, país em processo de revolução copiando modelos de países centralizados, quer porque opção realista, não existia praticamente um sector privado digno desse nome, devendo por isso caber por ao Estado a assunção do processo de desenvolvimento do país. Não obstante essa transição, nunca foi claramente declarada o modelo de desenvolvimento económico em vigor no país.

Talvez por esse facto se tiver afirmado nas conferências, que os sucessivos Governos, embora tivessem declarado ser a agricultura a prioridade das prioridades, o sector agrícola e os agricultores ou camponeses nunca foram tratados como sendo os maiores contribuintes para o nível do PIB da Guiné-Bissau.

Como foi atrás referido, o país adoptou no passado um modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, com investimentos: i) numa unidade de montagem de automóveis; ii) numa unidade agro-industrial para transformação do amendoim em óleo alimentar e bagaço para rações animais; iii) numa unidade de produção de sumos e

compotas; iv) na herança de uma unidade de produção de cerveja, refrigerantes e água de mesa, infelizmente todas elas desaparecidas, porém com impacto enorme no endividamento do país.

De recordar ainda que o produto estratégico do país por muito considerados o nosso petróleo, contribui para cerca de 90% da exportação e independentemente do investimento nele aplicado a sua produção tem vindo a aumentar anualmente a um ritmo de \_\_\_\_ %. Um aspecto referido pelos conferencistas como sendo mau para o país é a sua grande dependência da ajuda externa, quer em termos de recursos financeiros, quer em termos de tomada de decisão.

## **2. Papel do Sector Privado, Sociedade Civil, ONGs.**

O papel do sector privado como motor da economia foi abordado nas conferências. Falou-se bastante na necessidade de se apoiar o sector privado como forma indirecta de se criar postos de trabalho e emprego e mesmo de se criar um sector que possa servir de locomotiva para o nosso desenvolvimento. Também se referiu ao apoio que deve ser dado ao sector privado como forma de se contribuir não só para a diversificação da economia, mas também como forma de permitir o aproveitamento dos produtos locais através da transformação, sobretudo das frutas e da castanha de caju.

Também se referiu a necessidade de se apoiar o sector agrícola como principal sector da economia e aquela que emprega o maior número de guineenses. Houve mesmo quem disse que o abandono do sector agrícola poderá ter estado na origem dos conflitos no país por via do empobrecimento que originou nas populações rurais e pelo êxodo rural que terá provocado.

A sociedade civil e as ONGs, embora se reconheça os seus papéis no desenvolvimento económico, referiu-se muito sobre a necessidade dessas organizações se distanciarem da política e também de pararem de intervir nos assuntos políticos muitas vezes usando palavras bastante duras com relação as forças de defesa e segurança.

## **3. Saúde, Água, Energia e Saneamento Básico**

Desses sectores, destacou-se claramente o sector de energia que muitos consideraram como sendo aquele que mais contributo poderá dar para o desenvolvimento económico e social do país. Muitos afirmaram mesmo que será impossível o desenvolvimento económico do país se não for possível resolver o problema energético. Pelo que se insistiu muito na resolução do problema energético. Foi igualmente referido a impossibilidade de acontecer o

desenvolvimento do sector privado e o aproveitamento dos nossos produtos locais se o país não conseguir resolver o problema energético.

Falou-se da situação do sector de saúde também como sendo um sector vital para o desenvolvimento do país, já que um povo sem saúde não pode participar de forma activa no processo de desenvolvimento.

#### **4. Emprego**

A falta de emprego, sobretudo de emprego para os jovens foi considerada talvez uma das principais causas do conflito no país. Daí ter havido muitas propostas no sentido da criação de postos de trabalho que vão desde o fomento da industrialização dos produtos locais, até a criação de escolas de formação profissionais localizadas nas regiões para impedir o êxodo rural e permitir a criação de melhores condições no meio rural, passando pela criação de oportunidades de emprego dos jovens qualificados na administração pública. Porém, insistiu-se muito na não razoabilidade do Estado ser o maior empregador na Guiné-Bissau e na necessidade, por isso, de se desenvolver o sector privado para passar a ocupar essa posição. Muitos consideraram o facto do Estado ser o maior empregador como constituindo fonte de instabilidade, pelo fraco salário que proporciona para postos que não sejam de Ministros, Secretários de Estado e Directores Gerais.

Também se fez a ligação entre o desenvolvimento do sector agrícola e sua contribuição na criação de postos de trabalho no mundo rural e conseqüente redução do êxodo rural e criação de melhores condições de vida para as populações rurais.

Referiu-se igualmente a dificuldade dos jovens acederem a postos na administração pública, por acharem que os mais velhos não lhes deixa espaço mesmo quando com menor qualificação.

#### **5. Cultura e Desportos**

Foram considerados indispensáveis para a criação da identidade guineense e a autoestima dos guineenses. Foi no entanto referido a cultura como fonte de conflito sobretudo na região leste do país onde o carnaval é considerado por muitos como não fazendo parte da cultura muçulmana.

#### **6. Infra-estruturas de apoio ao Desenvolvimento (pistas, estradas, pontes)**

Outro aspecto bastante referido nas conferências, sobretudo na região sul do país, como afectando enormemente o desenvolvimento dessa região. A dificuldade ou muitas vezes

impossibilidade de escoamento dos produtos constitui um dos maiores constrangimentos ao aumento de produção e por isso a diminuição de pobreza das populações rurais. Também foi referido as dificuldades criadas pelos inúmeros postos de controlo e barragens rodoviárias existentes por todo o país como constituindo constrangimento a movimentação das pessoas e bens dentro do território o que também dificulta o escoamento dos produtos e mais uma vez com maior incidência na região sul do país.

#### **7. Segurança de pessoas e dos seus bens**

Também foi referido como sendo um problema na Guiné-Bissau. Sobretudo o roubo do gado e a dificuldade que existe na resolução dos conflitos ligados com essa prática pela “intromissão” dos tribunais que acabam por defender os ladrões de gado. Existe um sentimento de que os ladrões em geral e os de gado em particular gozam de protecção dos policiais e das instâncias de justiça, pois o queixoso muitas vezes tem que despende elevadas somas para conduzir um ladrão a barra da justiça, seja ela junto da polícia ou junto do tribunal.

#### **8. Integração económica regional**

É entendida por muitos como sendo prejudicial a Guiné-Bissau por variadíssimas razões sendo as principais as facilidades de ocupações da terra e a facilidade de aquisição da nacionalidade guineense que permite as populações fronteiriças dos países vizinhos. A integração económica regional quer seja ela no quadro da UEMOA, ou no quadro da CEDEAO, foi muito criticada pelos conferencistas independentemente da região onde se encontram. Esse parece ser o sentimento nacional de que os guineenses apenas se prejudicaram com a integração económica regional pela falta de sentimento de reciprocidade por parte dos países vizinhos. Tema muito citado pelos conferencistas da diáspora africana.

#### **9. Livre circulação de pessoas e bens**

Outro aspecto muito referido pelos conferencistas. Quer a livre circulação no interior do próprio país como circulação no quadro da integração regional. Os conferencistas consideram que a Guiné-Bissau tem vindo a franquear a sua fronteira permitindo a entrada de todo e qualquer cidadão dos países vizinhos, tendo alguns conferencistas apontado esse facto como constituindo um perigo para o país já que não existe critérios bem definidos para a aquisição da nacionalidade guineense que tem vindo a ser adquirido facilmente pelos cidadãos de todo o mundo, com impactos até no bom nome e credibilidade do país.

## **Propostas de solução**

Em termos de propostas de solução foram adiantadas algumas que vamos tentar enquadrar nos sub-temas acima indicados e que são as seguintes:

### **1. Modelo de Desenvolvimento económico**

Como atrás referido, para além da conferência de Dakar, não foi um sub-tema muito debatido, porém e pelas propostas avançadas, podemos dizer que os conferencistas são de opinião que o país, deve apostar na agricultura, deve apostar no desenvolvimento do sector privado, deve apostar na valorização dos nossos produtos locais, principalmente as do sector agrícola incluindo as pescas e também na valorização das nossas boas condições para o investimento no turismo.

### **2. Papel do Sector Privado**

Um sector bastante apreciado pelos conferencistas e considerado como podendo desempenhar o papel de locomotiva para o desenvolvimento do país. Para isso se pediu que o Estado o apoiasse e impedisse que muitos funcionários do Estado principalmente do interior do país, cobrem muitas taxas e/ou acima do estipulado na lei ou mesmo não aprovados por lei. Solicitou-se também que os privados cumprissem com as suas obrigações de pagamento de impostos e de criação de empregos pela via da diversificação da economia e pela via do investimento na transformação dos produtos locais. Muitos no entanto criticaram o facto de muitos intervenientes no sector privado serem estrangeiros e não nacionais, responsabilizando a integração económica e livre circulação de pessoas e bens como causadoras dessa situação. Alguns também pediram alguma intervenção por parte do Estado sobretudo naquilo que consideram ser a necessidade de “regularizar o mercado nacional” e a necessidade de impedir a subida especulativa dos produtos de primeira necessidade.

Embora haja um sub-tema dedicado a “justiça”, esse tema também foi referido como sendo importante para o desenvolvimento do sector privado. Tendo-se solicitado o seu melhor funcionamento e a sua implacabilidade com relação aos crimes de natureza económica.

Solicitou-se também a institucionalização de prémios para os melhores agricultores e porventura para os nossos melhores homens de negócio que se destacarem pelas suas contribuições para o desenvolvimento do país, criação de emprego, aumento de produção, aumento de exportação, valorização de produtos locais, etc., isso com o intuito de incentivar um maior empreendedorismo dos nossos homens de negócio.

### **3. Saúde, Água, Energia e Saneamento Básico**

Os conferencistas acham que mais do que infra-estruturas para os sectores da saúde e educação se deve valorizar mais os profissionais desses dois sectores com melhores remunerações e melhores condições de trabalho. Que o sector da energia deve merecer a maior das prioridades se se pretender o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Na conferência da diáspora africana, foi apresentado a OMVG, como podendo contribuir e muito para a resolução do nosso problema energético no quadro dessa organização.

### **4. Emprego**

Outro aspecto apontado por todos os conferencistas em todas as regiões do país, como devendo merecer a maior atenção quer do Estado quer do Sector Privado, sobretudo a emprego dos jovens uma vez que constituem a maioria da população activa.

### **5. Cultura e Desportos**

Devem ser valorizados se pretendermos a unidade nacional, sobretudo o desporto.

### **6. Infra-estruturas de apoio ao Desenvolvimento (pistas, estradas, pontes)**

Um dos aspectos muito debatido pelos conferencistas, sobretudo os das regiões sul do país, onde disseram ficar durante a época das chuvas isoladas do resto do país e onde por falta e/ou dificuldade de escoamento das produções elas chegam a estragar desincentivando o aumento de produção. Aconselham vivamente o Governo a apostar na melhoria das pistas e estradas sobretudo nas regiões sul do país.

### **7. Segurança de pessoas e dos seus bens**

A segurança de pessoas e bens foi levanto em duas situações, no roubo do gado e nos conflitos fundiário. Os conferencistas, sobretudo os das zonas já em plena urbanização, pedem maior rapidez na implementação na íntegra da nova lei da terra para se evitarem conflitos fundiários que vem acontecendo um pouco por todo o país. Pedem igualmente um melhor funcionamento dos tribunais na resolução dos litígios surgidos por causa do roubo dos gados e melhor protecção dos criadores de gado.

### **8. Integração económica regional e livre circulação de pessoas e bens**

Estes dois aspectos vêm relacionados, pede-se maior controle das nossas fronteiras em termos de livre circulação de pessoas e bens mas sobretudo um maior controle na aquisição

da nacionalidade guineense por parte das populações dos países vizinhos pela implicação que podem ter em conflitos futuros.

## **VI- SECTORES DA DEFESA & SEGURANÇA VISTOS PELOS SEUS PRÓPRIOS AGENTES**

Os sectores de Defesa e Segurança estão hoje no centro das atenções na Guiné-Bissau. São tidos como áreas que mais estiveram e continuam a estar na base de todos os sobressaltos por que passou a Guiné-Bissau desde a conquista da sua independência política, há quase quatro décadas. Por isso, os dois sectores entram hoje, no quadro dos esforços das reformas em curso, como a prioridade de todas as prioridades. Faz-se uma relação directa entre o sucesso das reformas dos sectores da defesa e segurança e estabilização política e governativa da Guiné-Bissau a curto, médio e longo prazos, condição para a criação das premissas de base rumo ao desenvolvimento do país.

As discussões a volta da situação dos sectores da defesa e segurança feitas pelos próprios agentes revelam a existência de problemas transversais dos dois sectores e outros específicos de cada um deles.

Os debates dos militares sobre a condição militar na Guiné-Bissau trouxe ao de cima uma série de problemas: problemas internos aos próprios quartéis, problemas no âmbito do relacionamento entre os militares e a sociedade. O dado que esteve mais presente no decurso de todo o processo é a percepção pouco positiva que os próprios militares têm em relação a sua instituição, o que faz também com que as reformas em curso sejam consideradas pertinentes e ao mesmo tempo urgentes, um processo em que a Guiné-Bissau não tem o direito de falhar.

Entre as questões tratadas constam:

### **Leis e Regulamentos Militares**

Falou-se, por um lado, da ausência de muito dos instrumentos jurídicos que devem regulamentar os vários aspectos relacionados com a vida militar no país e, por outro lado, da falta de aplicação prática das normas e regulamentos já existentes. Considera-se que esta falta de instrumentos jurídicos e a não aplicação prática das Leis que a Guiné-Bissau dispõe para o sector militar e paramilitar como estando na base do mal-estar e fonte de muito dos conflitos violentos que têm grassado na Guiné-Bissau ao longo dos anos. Por exemplo, a

falta de aplicação das normas e regulamentos militares está na base de muitas arbitrariedades que ocorrem nos quartéis. Um exemplo é a forma como têm sido recrutado o pessoal. Tudo na base de afinidades do tipo identitário (o tio faz entrar o sobrinho e este depois leva o seu irmão, por aí fora). Na maior parte das vezes as pessoas são integradas nas Formas Armadas sem reunirem a mínima condição, situação que tem contribuído para a degradação progressiva do perfil dos militares Guineenses e do conseqüente reforço da sua imagem negativa perante a sociedade e perante mundo.

### **Abastecimento militar**

Considera-se de crónico o déficite de abastecimento dos quartéis em todos os sentidos nomeadamente, o país não tem um único uniforme para as diferentes categorias e/ou ramos militares. O abastecimento ou reabastecimento de fardamentos dependem de doações externas o que faz com que as tonalidades sejam diversificadas de acordo com a entidade e/ou País fornecedor, situação que contribui para a perda de identidade das próprias Forças Armadas do País. Falou-se da falta de equidade na distribuição de fardamentos entre as diferentes categorias e unidades militares do País.

Referiu-se a existência de uma espécie de clientelismo e beneficiamento dos oficiais superiores em detrimento dos soldados e praças e o esquecimento a que estão votados os militares colocados na maior parte das unidades do interior.

A falta de abastecimento não se verifica apenas no domínio dos fardamentos, mas também noutras áreas de vida dos militares, desde a alimentação, a saúde, os transportes, armamento, etc..

### **Gestão de recursos**

Considera-se que a gestão dos recursos (materiais e financeiros) postos a disposição das forças armadas é feita de forma não transparente. Pede-se por isso a criação de mecanismos de controlo mais eficazes no manuseamento desses mesmos recursos. Falou-se, por exemplo, da urgente necessidade de substituir o actual sistema de pagamento de salário nas Forças Armadas feito na base de listas nominais que na opinião de muitos se deveria efectuar através do sistema de “bancarização”. Assim cada efectivo militar passaria a receber o seu salário por via dos bancos, o que permitiria maior controlo tanto dos efectivos militares como da massa salarial nos quartéis.

Tratou-se também do aspecto relacionado com as oportunidades de outras naturezas que possa surgir. É o caso das bolsas de formação que para muitos não têm sido geridas de



forma transparente. As oportunidades de bolsas de estudos são dadas à pessoas até fora dos quartéis em detrimento dos próprios militares.

### **Formação e reforço de capacidades**

A inexistência de programas consistentes de formação e de reforço de capacidades dos militares foi outro assunto trazido pelos participantes dos diferentes fóruns como um dos pontos fracos das Forças Armadas da Guiné-Bissau no presente momento. Sobretudo para os militares colocados no interior do país.

### **Relação entre Oficiais Superiores, Sargentos e Praças**

A existência de “pirâmide invertida” em relação ao número de oficiais superiores e sargentos e praças é devido a inexistência e/ou falta de aplicação das Leis sobre a progressão na carreira militar. A participação em rebeliões e em outros episódios violentos transformou-se na principal estratégia de acesso a altas patentes nas Forças Armadas.

O relacionamento entre oficiais superiores e soldados é considerado de, por vezes muito problemática e, portanto, fonte de falta de confiança e de mal-estar no interior das Forças Armadas. Outro aspecto é a inexistência de cadeia de comando nos quartéis. Não existe respeito pela hierarquia militar, o que faz com que a disciplina militar seja posta em causa.

### **Tratamento diferenciado para militares e paramilitares**

Este tratamento diferenciado se manifesta sob diferentes formas, remuneração diferenciada para agentes de mesmas categorias. A título de exemplo, Foi dito que “um capitão de polícia auferia salário igual a de um sargento das Forças Armadas”. Práticas dessa natureza foram consideradas como causadoras de mal-estar, por um lado, entre os agentes do Ministério de Interior e o Governo e, por outro, entre o Ministério de Interior e o Ministério da Defesa.

### **Relação militar sociedade (papel negativo da comunicação social)**

Em relação a este aspecto o centro de atenção foi a comunicação social. Os intervenientes foram unânimes em considerar a comunicação social Guineense instigadora de problemas, portanto uma fonte de conflitos por excelência. Segundo muitos interlocutores a maior parte das Rádios divulgam informações difamatórias contra as Forças Armadas, denegrindo assim a imagem destas.

### **Antigos Combatentes**

O problema dos Antigos Combatentes surgiu mais uma vez na tona das discussões. Foi considerado um tema “bicudo” que a Guiné-Bissau deveria ter resolvido há muito tempo, mas continua ainda sem solução. Pede-se que o Governo diligencie no sentido, em primeiro lugar, de definir uma vez por todas, e de forma assumida, sobre quem deve ser considerado Antigo Combatente na Guiné-Bissau. Todos sabem que existe uma Lei nesse sentido, mas a mesma nunca foi respeitada. Diz-se, por exemplo, não se compreender como ainda depois de cerca de quatro décadas que terminou a Luta Armada de Libertação Nacional, continua existir indivíduos com menos de 30 anos que reclamam ser Antigos Combatentes. Alguém até lançou a seguinte pergunta “será que um filho ou filha de um Antigo Combatente pode ser considerado também Antigo Combatente (...)?”

Outro que esteve sempre na mesa das discussões tem a ver com as precárias condições de vida que vivem os Combatentes de Liberdade da Pátria sobretudo, devido a baixíssimas pensões que recebem e as péssimas condições em que essas mesmas pensões são pagas. O País não conseguiu até hoje criar mecanismo de pagamento de pensões que pudesse facilitar a vida dos Antigos Combatentes.

### **Propostas de solução**

- Inventariar e preparar os instrumentos jurídicos para o sector militar e paramilitar e analisar as razões de suas não aplicação na prática;
- Velar pela rigorosa aplicação das Leis da condição militar e paramilitar;
- Melhorar as condições de abastecimento dos quartéis (em géneros, fardamentos, etc.) e criar mecanismos de seguimento e controlo mais eficazes dos discursos postos a disposição;
- Providenciar no sentido da Guiné-Bissau poder dispor de fardamento nacional ou seja, único tipo de uniforme para cada um dos sectores militares e paramilitares do país evitando assim as disparidades existentes o que põem em causa a própria identidade nacional;
- Acabar com a espécie de clientelismo e beneficiamentos na distribuição de algumas categorias em detrimento de outras dos bens postos a disposição dos quartéis;
- Igual tratamento para os sectores militar e paramilitar em todos os sentidos (por exemplo o mesmo salário para portadores de patentes equiparados nos dois sectores);
- Elaborar e implementar políticas de formação e reforço de capacidades para os sectores militar e paramilitar;

- Melhorar o ambiente de relacionamento entre os oficiais superiores e o resto das categorias militares e paramilitares;
- Criar melhor ambiente de relacionamento entre os militares, paramilitares e a sociedade em geral particularmente com os meios de comunicação social;
- Tratar definitivamente os problemas dos Combatentes de Liberdade da Pátria (vulgo Antigos Combatentes).

## VII- GÉNERO

Não obstante as mulheres representarem a maioria demográfica no país (51% contra 49% dos homens) , a sua visibilidade no processo do presente exercício de diálogo entre Guineenses não foi assim tão proporcional. Esta visibilidade relativamente fraca das mulheres foi registada não só em relação a sua representatividade, mas também de participação nos diferentes fóruns que foram organizados. Ou seja, por um lado, é possível que tenha faltado a aplicação do princípio de paridade entre participantes do sexo masculino e feminino em favor dos homens e, por outro lado, a participação das mulheres nos debates durante as conferências não reflectiu pela negativa o nível que se poderia esperar com o número das mulheres que estiveram presentes nas discussões. As razões para essa situação podem ser várias. Uma delas pode ter a ver com os critérios utilizados na selecção dos representantes das mulheres nos diferentes fóruns.

Além das questões relacionadas estritamente ao género, as representantes das mulheres nos diferentes fóruns levantaram muitos outros problemas com que o País se encontra confrontado neste momento. Com relação a justiça, falaram das constantes interferências dos políticos na tomada de decisões judiciais, considerando esse tipo de práticas como factores que contribuem para o reforço da instabilidade no país. No campo dos recursos naturais, levantaram-se vozes contra a dilapitação dos recursos do país, particularmente as florestas, por pessoas expatriadas, mas com a conivência dos próprios cidadãos da Guiné-Bissau. Por outro lado, lançaram-se críticas contra os “facilitismos” que se tem vindo a dar em relação a concessão de documentos nacionais em troca de dinheiro nomeadamente, Bilhetes de Identidade e Passaportes à estrangeiros, e isso em detrimento dos nacionais. No campo político, as mulheres exigem maior equidade na distribuição das candidaturas para cargos de decisão (por exemplo os parlamentares). Outras temáticas que entraram na preocupação das mulheres relacionam-se com o sector das infra-estruturas rodoviárias, particularmente no Sul do país. A questão da energia também foi largamente debatida como condição sine qua non para a garantia das condições mínimas para um desenvolvimento sustentável.

### **Propostas de solução**

- Terminar com maior brevidade possível o documento de Política de Igualdade e Equidade de Género em processo de elaboração e velar pela sua rigorosa aplicação;
- Maior rigor na concessão de documentos nacionais, tais como Bilhete de Identidade e passaportes;
- Gestão mais rigorosa das condições de exploração dos recursos naturais do país;
- Melhorar a rede viária do país por forma a garantir aos cidadãos e a todos os utentes o disposto na lei sobre a circulação livre e em condições óptimas de pessoas e bens dentro do território nacional;
- Igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no processo de participação política e em relação aos demais aspectos da vida socio-económica do país, o que pressupõe uma redução drástica das desigualdades em termos de relações de género, em detrimento das mulheres, que sempre caracterizaram a Guiné-Bissau;
- Garantir energia eléctrica sustentável em todo território nacional como condição a criação das bases para um desenvolvimento sustentável;
- Combate a impiedade como condição para a garantia de paz social que a Guiné-Bissau tanto precisa para o seu desenvolvimento sócio-económico.

### **VIII- DIÁSPORA GUINEENSE**

Além dos problemas genéricos que entraram nas discussões durante os mais de vinte fóruns de diálogo organizados durante a presente fase preparatória da Conferência, que seria fastidioso estar a repetir aqui, a diáspora Guineense, como nas outras partes do mundo tem também os seus problemas bem específicos. Um desses problemas está relacionado com as suas participações na vida política e económica do país. Assim, a participação dos emigrantes nos processos eleitorais surge mais uma vez como um dos direitos dos cidadãos que a diáspora Guineense mais reclama neste momento. Outra coisa é a criação de facilidades que lhes permita melhor contribuir para o processo de desenvolvimento do País. Consideram continuarem a existir muitos constrangimentos a uma efectiva participação dos emigrantes na vida económica do País (desde dificuldades aduaneiras até as que têm a ver com a obtenção de documentos oficiais (passaporte, Bilhete de Identidade e outros).

Não se deixou de criticar também o facto dos documentos oficiais do país, símbolos da identidade nacional por excelência de qualquer país do mundo, estarem a ser comercializados pelo mundo fora. Muitas das vezes esses documentos acabam por cair em

mãos de pessoas de idoneidade duvidosa, acabando depois por dar má imagem ao próprio País através de envolvimento em actividades de natureza ilícita.

### **Propostas de solução**

Preparar políticas que possam facilitar maior participação dos Guineenses que vivem no exterior na vida económica, política e social da Guiné-Bissau nomeadamente:

- Velar pelo funcionamento eficaz das representações diplomáticas do país no estrangeiro;
- Facilitar o processo de entrada e saída dos emigrantes Guineenses dentro do país;
- Criar mecanismos de facilitação para a entrada no país de bens dos emigrantes Guineenses;
- Facilitar o acesso a documentos nacionais para os emigrantes;
- Imprimir maior controlo e rigor na concessão de documentos nacionais a estrangeiros;
- Criar mecanismos que permitam a participação política dos emigrantes no país (por exemplo a participação nos momentos de voto para a escolha dos dirigentes, etc.);
- Criar mecanismos que facilitem a aquisição de terras para investimento por parte dos emigrantes.
- 2.2.5 – Outras experiências e iniciativas de paz

A origem e dimensão dos conflitos que causam a instabilidade democrática na Guiné-Bissau têm permitido o surgimento de iniciativas de consolidação da paz a nível nacional e regional. Disso, em 2006, o exemplo da iniciativa “Estados Gerais para Guiné-Bissau”, com o propósito de discutir e de criar, na sequência de uma ampla discussão, consensos relativos a grandes temas nacionais que serviriam de base para o surgimento de um Pacto Nacional de Estabilidade para o Desenvolvimento. Tratou-se de um exercício que visava implicar todas as forças vivas do país na discussão serena dos problemas fundamentais a fim de encontrar, apesar das diferenças, os pólos de convergência que permitissem aos bissau-guineenses descobrirem vias e meios para o reforço da unidade nacional, prelúdio conducente a uma verdadeira reconciliação nacional.

A par desta mega iniciativa outras surgiram, caso de “Combersa pa paz”, uma iniciativa lançada pela ONG Al Ansar em parceria com Alternag para desenvolver atividades de sensibilização para a paz e a segurança na zona norte do país, por causa da influência do conflito em curso na região de Casamance, no sul do Senegal; citamos o projeto “Cidadãos

de boa vontade”, uma iniciativa que congrega cidadãos independentes, de prestígio social, como mediadores de conflitos e defensores da paz; o “Movimento da Sociedade Civil para Paz, Desenvolvimento e Democracia”, uma estrutura que aglutina várias sensibilidades da sociedade civil, e funciona como grupo de pressão e intermediação em situações potencialmente geradoras de conflitos; a “Comissão de Reconciliação das Forças Armadas”, uma iniciativa destinada a consolidar a reunificação e a paz nas forças de defesa, depois da divisão provocada pela guerra civil de 1998-99; a “Comissão Justiça e Paz”, uma estrutura da Igreja Católica que se dedica à promoção dos valores de justiça e paz, através de formação em diferentes zonas do país.

Mesmo no quadro académico e transfronteiriço, através Institut Gorée, houve dois encontros (Gorée 1, Gorée 2), entre a classe política e a sociedade civil, da reflexão sobre as possíveis saídas de crise após o golpe de Estado de 2003. O mesmo instituto a partir de 2005 lança projeto aliança de iniciativas africanas para a paz e estabilidade na África Ocidental, tendo contactado com as populações rurais para discutir questões de segurança, paz e estabilidade, através de abordagem participativa de modo a melhor conhecer as causas profundas dos conflitos dos povos da costa africana.

Não obstante os contributos, algum cuidado na natureza interpretativa e organizativa das iniciativas precisa de ser levado em conta. É importante a participação ampla e nacional de diferentes instituições e atores envolvidos na vida social, económica e política, tanto no país como na diáspora, de comunidades religiosas e académicas. Todavia, o mais importante é a congregação destas iniciativas numa plataforma de influência única e seguimento dos conflitos no país. Caso contrário, a conferência nacional “caminhos para a consolidação da paz e desenvolvimento”, lançada pela Assembleia Nacional Popular e o Presidente da República poderá ser apenas mais uma experiência ensaiada.

### **3 – Dinâmicas de conflitos e perspetivas duma conferência de consolidação da paz**

#### **3.1 – Dinâmicas de conflitos bissau-guineenses: relação causa/efeito**

Os conflitos, segundo vários cientistas, não podem apenas ser interpretados como desvios e/ou anomias de uma sociedade, devem também ser entendidos como condicionantes das mudanças no sistema social ou colapso deste último e, por consequência, a formação de um novo sistema, dependendo da rigidez/resistência à mudança e dos mecanismos de flexibilidade do sistema de controlo. Posição defendida por Lewis Coser (1982), ao pôr em evidência o facto de o conflito evitar a “ossificação” do sistema social, exercendo pressão para as inovações, a criatividade e a mudança. Na análise do conflito o mais importante é a

procura das fontes, normalmente, assentes na própria estrutura da organização social, daí ser necessário ir para além das observações psicológicas, dos sentimentos, das emoções dos membros de uma determinada sociedade em análise (Rocher, 1989).

Em África têm-se testemunhado várias tensões, a nível micro familiar e societal, não dissociadas do grau e da profundidade de crises sociais e económicas. A isso associa-se as guerras tribais e/ou étnicas, a intolerância religiosa gerado pelo fundamentalismo islâmico etc. A análise das causas de vários conflitos em África mostra o papel fundamental das políticas internas de marginalização de certos grupos e/ou categorias de pessoas em detrimento de outros, o que se reflete no fracasso dos esforços de construção do Estado nação, do modelo europeu, que se quer implementar. Na realidade, estes conflitos estão enraizados em substratos económico, social e político, forjados pela história como produto de um longo processo de sedimentação de diferentes estruturas. Muitos destes países africanos constituem hoje os chamados Estados frágeis, onde as forças de defesa e segurança, o poder judicial e outros instrumentos reguladores de funcionamento de um Estado Republicano são despojados de seus papéis de proteção e integração nacional (ACTES, 2005). Nessas condições, o sistema democrático está preso de sustentabilidade, daí a importância da história de conflito na determinação das interrogações e problemáticas atuais.

### **3.1.1 - Período colonial**

O período da dominação colonial foi essencialmente marcado pelas guerras, conquistas, crispções entre diferentes estruturas sociais, políticas e étnicas no território guineense mas, também, pelas solidariedades entre as mesmas na resistência à dominação colonial. A Guiné-Portuguesa foi profundamente marcada por uma administração militar, testemunhada por resistência étnicas, de classes e grupos sociais. A dominação colonial apenas conheceu escassos anos de paz relativa, que vai de 1936, data do fim da «pacificação das Ilhas Bijagós» a 1963, data do começo da guerra de libertação nacional que levou ao fim do regime colonial em 1974 (Koudawo, 2001). A chegada dos portugueses, a dominação Mandinga era evidente, segundo Marques Geraldés, os Mandingas eram senhores de quase tudo no Guiné, e muitos povos que habitavam próximos das costas do Atlântico, caso dos Beafadas, dos Papeis, dos Balantas eram tributários do Rei de Kaabu, chefe principal dos Mandingas, que mais tarde veio a ser derrotado pelos Futa-Fulas, capitaneados pelo Almamy (Ribeiro, 1989). Como sublinha Lopes (1999) Kaabu era uma conquista e herança

de séculos, sendo até hoje um elemento fundamental para interpretar as interações dos diferentes grupos (étnicos, sociais, classes) na Guiné-Bissau, na Gâmbia e na região de Casamance.

Com efeito, a política do colonialismo português - de dividir para reinar - deixou os seus males, e disseminou crispações latentes entre as diferentes estruturas do tecido social guineense. O colonialismo português, nas suas formas de organização e dominação colonial, no objectivo de um melhor controlo político e económico dos «indignas», precisava de intermediários (governadores, administradores e chefes de postos), e dos chamados «cipaios» e chefes de tabancas para o controlo e reprodução do sistema de exploração vigente na altura. Assim, os crioulos pela sua origem, mistura racial, formação e aculturação representavam “o fiel da balança” e “trampolim” de passagem para a fase de dominação efetiva dos colonialistas portugueses (Ribeiro, 1989).

Durante a luta armada de libertação nacional vários conflitos foram marcados no seio das estruturas políticas e partidárias de resistência colonial. Em vésperas do início da luta armada, houve tentativas falhadas de conciliação dos diferentes movimentos nacionalistas guineenses, caso do PAIGC, da União dos Povos da Guiné (UPG), liderada por Henry Labery, do Movimento de Libertação da Guiné (MLG), de François Mendy Kankoila. Estas divergências não só eram políticas mas também estruturais, tendo em conta a natureza da formação destas estruturas. Era o mote para fracasso da unidade entre os povos originários da Guiné e os originários de Cabo Verde. Mesmo o PAIGC, que acabou vingar-se como partido libertador, foi objeto de decapitação e fuzilamentos na sua afirmação ideológica, desde o seu primeiro congresso em Cassacá, em Fevereiro de 1964, até a independência.

### **3.1.2 - Período pós-independência**

O período pós colonial impunha a construção do Estado-nação que permitiria aglutinação das diferentes estruturas sociais, étnicas, políticas e ideológicas num projeto identitário único. A esperança dos guineenses seria ver instaurada um estado de providência social que pudesse garantir condições de integração e bem-estar social. Mas, rapidamente se apercebeu que a herança contraída era bem mais pesada do que àquilo que se pretendia. Devido a luta armada, que permitiu protagonismo de uma categoria (antigos combatentes), havia dilemas de reivindicação de posições na formação de um novo Estado, entre os heróis da luta e aqueles que representavam quadros/formados e que deveriam ser dirigentes da nova



instituição estatal. Por outro lado, este dilema acentuava devido à fragmentações de estruturas e a consciência de alinhamento identitário destas mesmas estruturas.

O novo Estado teve grandes dificuldades e nunca soube pôr em prática a ideologia que tanto permitiu a mobilização da massa popular e conquistas sociais da luta armada, contrariando a própria ideologia da luta de libertação nacional. Por consequência da herança colonial, era de aceitar que o grau de aceitação social e de mobilidade ascendente dos Manés, M'Banas ou Djalós nas estruturas do Estado dependiam fortemente do seu grau de criouliização, em detrimento das suas marcas e traços étnicos originários (Monteiro, 1993). O que testemunha que o novo Estado tinha dificuldades na harmonização e gestão de diversidades. Por conseguinte, no seio do PAIGC (partido/Estado) agudizavam cada vez mais contradições de interesses e de classes, dando um certo número de acontecimentos políticos, que culminariam com o golpe de Estado de 1980, denominado movimento reajustador 14 de Novembro (Lopes, 1999). A crise político-militar, fruto da própria desintegração do (novo) Estado, deu origem a várias mudanças e ruturas profundas no aparelho político, partidário e estatal guineense (PAIGC), pondo definitivamente em perigo a já frágil ideologia-política de unidade nacional vinda da luta armada. Em 1985, dá-se dentro do partido/Estado (PAIGC) um novo caso de imbróglgio conflitual com conotações étnicas, o caso 17 de Outubro. As consequências do desaparecimento de alguns dirigentes envolvidos neste caso continuam a ser importantes na perceção dos desafios de construção do Estado-nação.

### **3.1.3 - Período democrático**

A justiça e consolidação do Estado de direito parecem estar no topo da preocupação da afirmação do processo democrático guineense. No topo do enquadramento e da interpretação do processo democrático está a constituição e a ordem legal de o fazer cumprir, ou seja, sem uma constituição democrática e um poder judicial independente não pode haver democracia. Como dizia Patrick Chabal (1993) a democracia não é um mero resultado de decisões políticas conscientemente tomadas num certo período histórico, mas sim produto final de um longo e complexo processo, o seu sucesso reside no largo consenso com que a sociedade aceita a legitimidade do processo em si. Devido em boa parte das guerras de libertação a democracia africana tem enfrentado crises de autoridade política face a autoridade militar. Essa situação põe a frágil democracia em dualidade de serviços, por um lado, o desafio de construir e consolidar novas instituições políticas no sector civil e, por outro, o de integrar e reconstruir a autoridade militar (Kristine et al, 2008). Na Guiné-Bissau, numa primeira fase de implementação democrática, a onda de democratização

estava fortemente dominada pelo aspeto constitucional do processo. Isto quer dizer que, a mesma elite que dantes tinha jogado o papel de liderança continuava de forma constitucional e democrática a jogar o mesmo papel após implantação do regime do multipartidarismo (Rudebeck, Lars, 1993).

O segundo momento do período democrático guineense foi marcado pelas influências negativas da instabilidade no continente africano e pelas crises militares e guerras civis nos países vizinhos. Sob sintomas de desinstitucionalização das estruturas do poder, com ascendência do poder militar, devido à guerra de 1998/99, o país viu perder todos os esforços e sucessos alcançados através das medidas económicas implementadas. Como agravante, as próprias estruturas políticas encarregues de reconstruir o país estavam em crise de identidade profunda, conflitos e represálias internos<sup>2</sup>.

## **3.2 – Conflitos e desafios de consolidação da paz: experiência do projeto Voz di Paz**

### **3.2.1 - As causas profundas de conflitos: a voz do povo**

#### **3.2.1.1 - A nível do Estado**

O Trabalho realizado pelo projeto “Voz di Paz” testemunha, através de um levantamento feito a voz do cidadão, uma visão daquilo que é o sentimento do cidadão em relações as principais causas dos conflitos bissau-guineenses. Os indivíduos auscultados começaram por responsabilizar o Estado pela má governação e, por outro lado, reconheceram a sua fragilidade. A maior parte dos auscultados testemunharam a ausência do Estado e a desordem nos serviços de administração estatal. A ausência do Estado e má governação têm como consequência a corrupção, onde uma parte da elite detém o monopólio do poder económico a partir de desvios de fundos do aparelho de Estado.

A par disso, assistimos a má administração da justiça, devido a pobreza e desinstitucionalização do Estado. A justiça que deveria ser alicerce da paz é julgada pela sua ausência, a partir de um sistema onde se conjuga a corrupção e a impunidade generalizada. Dai, a injustiça e exclusão social, no seu sentido processual, referindo categorias de indivíduos, e como físico, citando algumas regiões e localidades isoladas, sem

---

<sup>2</sup> Em Setembro de 1999 um congresso extraordinário do PAIGC votou a expulsão de Nino Vieira (ex-presidente do partido e da República da Guiné-Bissau) e de alguns membros fiéis a este partido, como estratégia de reconciliação com a população guineense. Esta estratégia não foi suficiente, visto que, nas eleições seguintes (presidenciais e legislativas) deu-se o surgimento de Kumba Yala e o seu partido PRS (Partido da Renovação Social) como vencedores dos escrutínios.

nenhuma presença do Estado nas suas atividades. E por fim, os auscultados associam a instabilidade governativa à imaturidade do sistema pluralista que o país adotou no início dos anos noventa, que tanto produziu fragmentações e proliferação de partidos políticos.

### **3.2.1.2 - A nível de relações comunitárias**

A nível das relações das estruturas societárias, não descurando a responsabilidade do Estado, muitas variáveis têm suscitado conflitos nas tradicionais relações de convívios entre a população, diferenciada étnica e socialmente. A pobreza, designada de incapacidade de adquirir recursos e bens essenciais, tem sido um dos fatores de desarmonia nas relações intercomunitárias. Grande parte das auscultações referiu a fome como componente-causa do mal-estar social. A par disso, associa-se a má gestão do espaço de cultivos. Apesar da lei de terra, a mobilidade e a desertificação das zonas rurais em detrimento das zonas urbanas e periféricas tem gerado lutas de posse de terra para o cultivo. O acesso a esses recursos tem gerado confrontos por vezes violentos, entre famílias, vizinhos e grupos étnicos, numa clara ausência e, as vezes, impotência do Estado em resolver o problema.

Nesta pressão, assistimos cada vez mais perdas de valores tradicionais de convívio e integração entre as famílias, comunidades e gerações. Em substituição temos autoritarismo (cultura de matchundadi), onde por ausência de cultura de dialogo e/ou de intervenção do Estado a força impera como solução a todos os problemas e impasse entre os comunitários.

Como consequência, há uma insegurança das pessoas e dos seus bens. As estratégias de luta pela sobrevivência, onde o cidadão não tem segurança e nem defesa do Estado, a proliferação de armas ligeiras, o aumento da cultura de roubo através de agressão e violência, o tráfico de droga na sua dimensão local e internacional, têm sido a pólvora da instabilidade governativa e foco de reprodução de conflitos a nível das relações comunitárias e étnicas.

### **3.2.2 – Problemas emergentes**

Na análise do programa “Voz di Paz”, tendo em conta as experiências de instabilidade politico-governativa e militar no país - face ao contexto atual de fragilidade do Estado, é preciso uma abordagem nova para apoiar a consolidação da paz e da estabilidade como condições prévias de um desenvolvimento pós-conflito durável e da prevenção de conflitos

violentos. Ela deve inscrever-se numa dinâmica holística, associando visões de longo, médio e curto prazo, numa exploração multidisciplinar das raízes históricas, sociais, políticas, económicas e culturais dos conflitos. Nesta nova abordagem baseada na pesquisa duas novas variáveis parecem associar-se as dinâmicas de conflitos. De um lado a “intolerância” étnica e religiosa e, do outro, a inércia da economia de crime, ligado a tráfico de droga e crime organizado.

A “intolerância” étnica e religiosa é uma realidade recente na Guiné-Bissau, pode ser associada a fragmentação das estruturas sociais e étnicas e consequente alinhamento étnico-político como estratégias de aquisição, por parte dos políticos, do capital que sustenta o acesso e a manutenção do poder. Esta forma de instrumentalização política tem frustrado as formas tradicionais de convívios interétnicos e osmose culturais das diferentes comunidades religiosas guineenses, enfraquecendo iniciativas de coesão nacional e de consolidação da paz e desenvolvimento. Por consequência, influi nas relações de coabitação entre autóctones e alógenos. Hoje em dia, em diferentes espaços rurais e semirurais, assistimos a intolerância em cedências de espaços (terras) de cultivos, que outrora existia entre os povos autóctones e alógenos.

O tráfico de droga e sua influência ao crime organizado, sobretudo nos jovens, está a ser um dos novos males da sociedade bissau-guineense. O país foi considerado de placa giratória e ponte da entrada da droga para Europa. A dimensão informal e os ganhos advindos da droga têm influenciado de forma negativa a própria organização do Estado, incentivando a corrupção e o laxismo, afetando de que maneira os desafios de construção de um Estado de direito. A par disso, associamos o êxodo rural para capital Bissau, onde existe uma percentagem elevada de desempregos e sem ofícios, caso dos jovens, restando-lhes apenas, como oportunidade de sobrevivência, o crime organizado por vias de violência e assaltos à mão-armada.

### **3.3 – Atores do processo de consolidação da paz e desenvolvimento**

A implementação do conceito de cultura de paz em África requer um entendimento endógeno, holístico e interdisciplinar, envolvendo todas as partes interessadas, intergovernamental, governamental, comunidade, setor privado e sociedade civil, em torno de soluções adequadas e específicas cada situação local, nacional e regional, sem se envolver em modelos mimetismo e reprodução simples de outros lugares.

O conceito “cultura da paz” nasceu em África e foi utilizado pela primeira vez à escala mundial pela UNESCO, aquando do Congresso Internacional sobre “a paz no espírito dos homens”, organizado em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, em 1989. Mais tarde, por Resolução 52/13 de 1998, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas considera que a “cultura de paz” assenta em valores, atitudes e comportamentos que refletem e inspiram a interação social (partilhada) em base dos princípios da liberdade, da justiça democrática, da tolerância, da solidariedade, e na rejeição a violência. Posteriormente, um Programa de Ação sobre “cultura de paz” foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 53/243 de 1999, centra-se em oito áreas de ação, a saber:

- 1) Fortalecer uma cultura de paz através da educação;
- 2) Promover o desenvolvimento económico e social;
- 3) Promover o respeito pelos direitos humanos;
- 4) Assegurar a igualdade entre mulheres e homens;
- 5) Favorecer a participação democrática;
- 6) Promover a compreensão, a tolerância e a solidariedade;
- 7) Comunicação participativa e apoio ao livre fluxo de informação e do conhecimento;
- 8) Promover a paz e a segurança internacionais.

### **3.3.1 – O Estado**

O Estado representa a primeira condição essencial para que haja a paz duradoura em qualquer parte do mundo moderno. Em África fala-se da necessidade da construção de Estados fortes, em termos institucionais, que possam garantir a justiça social e reconhecer a contribuição de estruturas não-estatais e das sabedorias tradicionais. Assim, o Estado guineense deve garantir condições de respeitabilidade das leis, em particular a Constituição, assegurar o diálogo com a sociedade civil, garantir a integridade das forças armadas republicanas e permitir a aproximação destes com as demais instituições e da população em geral. Deve também, zelar pelas iniciativas de promoção da paz, e criar condições para a independência dos mídias e da liberdade de imprensa, entre outros.

### **3.3.2 - Os atores económicos e do setor privado**

A sociedade bissau-guineense é caracterizada pela pobreza, os agentes económicos, ainda que muitos deles em setor informal, têm um papel importante não só nos apoios às iniciativas de promoção da paz, mas, também, em dinâmicas de crescimento económico que permitam a integração dos jovens e das mulheres em mercados de trabalho. Ao contrário

das lutas entre as diferentes comunidades étnicas pela posse de terras de cultivos, o mundo empresarial deveria, a par do Estado, participar na criação de um modelo de desenvolvimento equitativo e inclusivo baseado na utilização e gestão sustentável dos recursos existente e na integração dos desfavorecidos, contribuindo para paz e estabilidade.

### **3.3.3 – A sociedade civil, os média e a diáspora**

A sociedade civil em África e em particular na Guiné-Bissau vive um dilema entre o crescimento e a legitimidade, particularmente no relacionamento, na confiança e autonomia que tem com o poder político. Os últimos anos de crises governativas têm testemunhado a falta de definição entre as fronteiras das ações do civil e do Estado. Todavia, não se deve descurar desta magna e aglutinante instituição e das suas ações na consolidação do processo democrático através da sua capacidade de mobilização, de capacitação de estruturas organizativas, das mulheres, dos jovens e até dos líderes tradicionais. Isto, incluindo as universidades e instituições de investigação científica.

A dimensão da sociedade civil dá-lhe uma relação privilegiada com a diáspora de qualquer país. Em muitas experiências africanas as diásporas têm sido importantes não só em remessas e transferências de conhecimento mas, também, no exercício da cidadania, participação e consolidação de paz e desenvolvimento.

A própria tradição africana e em particular guineense testemunha várias experiências de convivências, de valores, de osmoses culturais assinalantes ao longo dos séculos importantes na experiência de coexistência pacífica entre grupos étnicos. Dai, os líderes tradicionais e religiosos jogarem um papel importante de autoridade, da moral e da ética na sustentação das relações sociais.

Mas tudo isto precisa de ser reconhecido e trazido à baila e ao consumo através dos mídias, a divulgação das experiências das mulheres na manutenção da paz, na transmissão de valores da comunidade para as gerações mais jovens só é possível graças a um compromisso forte e a liberdade da imprensa.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> O plano de ação na Guiné-Bissau segundo a resolução 1325 (2000) do Conselho de segurança:

- Assegurar a presença de pelo menos 40% das mulheres no Comité de Pilotagem da Comissão de Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, até Dezembro 2010;
- Realização de *lobbying* junto do governo da Guiné-Bissau e da comunidade internacional, com vista a reforçar a presença das mulheres na Comissão de Consolidação da Paz, e incluir na sua agenda as questões específicas sobre as mulheres;
- Realizar o recrutamento e nomeação das mulheres guineenses nos postos de tomadas de decisões nas missões de paz das Nações Unidas, bem como as suas participações ativas em todos os processos de paz;

### 3.3.4 – As instituições da integração regional

A insistente perenidade e a dimensão dos conflitos em África têm permitido cada vez mais o envolvimento das instituições regionais, caso da União Africana, a CEDEAO, a CPLP entre outras. A Resolução 1876 (2009) do Conselho de Segurança de 26 junho de 2009, visa reforçar a cooperação entre a União Africana, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, a União Europeia e outros parceiros engajados nos esforços de contribuição de estabilidade na Guiné-Bissau.

A União Africana tem o seu mecanismo para assegurar a paz e a segurança a nível regional através da sua Arquitetura de Paz e Segurança, um quadro de valores partilhados, da campanha “para agir paz”, etc. No entanto, para garantir a sua função preventiva, deve desenvolver ainda mais o diálogo político e estratégico e implementar sistemas de monitoramento e antecipação com a participação e iniciativas das comunidades locais. A participação da CEDEAO, no conflito político-militar de 1998/99, após golpe de Estado de 12 de abril de 2012, através de uma força de manutenção da paz na Guiné-Bissau (ECOMIB), com mandato prolongado, pelos Chefes de Estado, até junho de 2016<sup>4</sup>.

A própria UNESCO tem criado condições de reflexão e debates sobre as questões relativas à consolidação da paz no mundo, através de revisão de conceitos básicos passíveis de manipulação, como a etnia, identidade, diversidade, o pluralismo, a democracia, modernidade, multiculturalismo, a igualdade, a justiça social, partilha de recursos, redistribuição de crescimento, etc. por outro lado, novos conceitos têm suscitado novas análises, devido à novas ameaças, caso do fanatismo, do extremismo, do tráfico, do crime e do terrorismo.

### 3.4 – Conferência nacional: que recomendações operacionais?

- 
- Apoiar a participação de pelo menos 40% das mulheres nas negociações de paz e na implementação dos acordos resultantes das negociações, até Dezembro 2010;
  - Realização de *lobbying* junto do governo e das autoridades competentes para a adoção e aprovação de um quadro jurídico que estabelece quotas para o recrutamento das mulheres nos efetivos das forças de defesa e segurança, no quadro da reforma em curso no sector;
  - Assegurar o reforço e a ampliação dos esforços para a segurança, a saúde física e mental, o bem-estar, a segurança económica e a dignidade das mulheres e das raparigas pela promoção e pela salvaguarda dos seus direitos humanos fundamentais;

<sup>4</sup> A ECOMIB é constituída essencialmente por forças policiais e militares, num total de quinhentos homens, instalada na Guiné-Bissau desde 2012, na sequência de um golpe de Estado de 12 de abril.

Após uma análise cuidadosa dos documentos e da organização da primeira fase, por parte da Comissão organizadora, importa citar algumas prioridades temáticas a ter em conta durante a realização da Conferência. Esta segunda fase deve ser orientada por debates de diferentes temáticas selecionadas a partir das auscultações feitas. Porém, devem ser acompanhadas de depoimentos (escritos e verbais) de alguns implicados, de testemunhas de conflitos violentos e/ou das famílias afetadas, de modo a medir os impactos presentes e o grau de sentimento que ainda abalam a sociedade guineense em geral.

#### **3.4.1 – O painel da defesa e segurança**

Devido a violência, a criminalidade, a impunidade, associadas a fraca participação das mulheres nas forças de defesa e segurança, este painel deve convidar o Estado a desempenhar a sua função de proteger a população e a integridade territorial, no uso legítimo das suas forças. A preocupação de fazer reforma neste setor pode ser enriquecida através de outras experiências africanas:

- Reformas formais que melhorem a governança e as funções das instituições do sector da segurança, particularmente o exército e a polícia, exemplo da República Democrática do Congo, da Libéria, do Sudão do Sul e de Timor-Leste;
- O processo de desmobilização, desarmamento e reinserção (DDR), há experiências da República Democrática do Congo, da Libéria e do Sudão do Sul que podem ser aproveitadas;
- O reforço dos mecanismos e/ou do papel das organizações suscetíveis de monitorar as instituições do sector de segurança, pode-se explorar as experiências dos parlamentos de Burundi, da República Democrática do Congo e da Libéria;
- Encorajamento de iniciativas das instituições concernente a defesa e segurança a nível local, e o papel positivo das organizações e atores locais no reforço da segurança coletiva;

#### **3.4.2 – A temática da justiça e consolidação do Estado de direito**

Justiça e resolução pacífica de conflitos são mecanismos de garantia e consolidação do Estado de Direito. Este painel que desafia a capacidade do Estado em governar através de leis, resolver conflitos tomando decisões independentes de modo igual para todos os cidadãos, deve basear-se em seguintes temáticas:



- Reforço de capacidade, a todos níveis, dos quadros e das instituições judiciais e legais;
- Expansão e acesso da justiça especialmente aos mais desfavorecidos, marginalizados e afetados por conflitos. Algumas experiências tradicionais. Disso há experiências da República Democrática do Congo, da Libéria, do Sudão do Sul e de Timor-Leste, que podem ser exploradas;
- Mecanismos de apoio, incluindo os sistemas não formais e tradicionais de resolução pacífica de conflitos, a nível central e local;
- Desenvolvimento e implementação de estratégias de luta contra a impunidade e a corrupção.

### **3.4.3 – Estado e a gestão de recursos e das necessidades básicas da população**

Este painel refere a capacidade do Estado em atender de forma positivas as necessidade e os serviços básicos da população. Assim, o Estado deve preocupar-se:

- Em estabelecer um sistema de gestão das finanças públicas eficaz, capaz de cobrar as receitas e cuidar do bem social da população;
- Em criar mecanismos e instrumentos de gestão equitativa dos recursos naturais e gestão da posse de terra;
- Em criar mecanismos através dos quais o cidadão pode fazer pedidos e participar nas decisões que o afetam no seu quotidiano.

### **3.4.4 – O contributo da sociedade e de atores intermédios na construção da paz**

Este tema refere-se a capacidade e experiências tradicionais que as sociedade e/ou comunidades detêm ao longo dos seus percursos na autorregulação de conflitos. Assim, as prioridades devem ser no sentido de:

- Conhecer iniciativas comunitárias e tradicionais de promoção e reconciliação nacional e fortalecimento de capacidade destas comunidades para gerir conflitos. Disso há experiências de República Democrática do Congo, da Libéria, da Serra Leoa e de Timor-Leste;
- Reforçar a coesão social e capital social, como capacidade de organização e de definição de objectivos e fins comuns de qualquer estrutura;
- Analisar a mobilização dos mídias, a participação e o envolvimento dos cidadãos (mulheres e jovens) e de atores intermédios (ONG) durante as principais fases importantes do processo de construção da paz e o reforço do Estado.

### **3.4.5 – A estabilidade governativa e a cooperação regional: que alianças?**

Este painel deve focalizar não só a disponibilidade das instituições regionais no processo de manutenção da paz mas, também, a capacidade do país em instituir relações de cooperação positiva e construtiva com estas instituições na prossecução dos objectivos visados. As prioridades definidas podem ser:

- Integridade territorial e gestão fronteiriça;
- Integração sub-regional e questão de livre circulação de bens e serviços;
- As instituições internacionais e regionais e os acordos de paz.

## **Bibliografia**

- ACTES (2005) «La construction de la paix et de la démocratie en Afrique de l'Ouest »  
Forum des Partis politiques, des Médias et de la Société civile en Afrique de l'Ouest -  
28 juin - 1er juillet 2005, Cotonou - édités par le Club du Sahel et de l'Afrique de  
l'Ouest.
- Bloomfield, David et al, (2003) Reconciliation after Violence. Conflict International -  
Handbook Series - IDEA Publications - Stockholm, Sweden.
- Coser, Lewis A. (1982) Les Fonctions du Conflit Social- Presses Universitaires de France,  
Paris.
- Dahrendorf, Ralf (2008) The Modern Social Conflict – Transaction Publishers, New  
Brunswick (USA) and London (UK).
- Chabal, Patrick (1993) A democracia em África: que perspectivas? IN AUGEL, Johannes e  
Carlos Cardoso (1993) Guiné-Bissau – Vinte Anos de Independência: desenvolvimento  
e Democracia – Balanço e Perspectivas – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa  
(INEP), Bissau., p. 313-326.
- Có, João Ribeiro Butiam (2006) A aquisição do capital social e a formação das estruturas  
sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem para a percepção de conflitos sociais –, Centro  
de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), n.º 6/2006 –  
ISEG/UTL - Lisboa.
- INEP (1989) A construção da Nação em África (os exemplos de Angola, Cabo Verde,  
Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) – Colóquio Instituto Nacional de  
Estudos e Pesquisa - INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- Koudawo, Fafali (2001) Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à  
Democracia Liberal – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) - Bissau.
- Kriesberg, Louis (2007) Constructive Conflicts, from Escalation to Resolution, Third  
Editions, Rowman & Littlefield Publishers, INC.
- Kristine, Ecke, Bethany Lacina, Magnus Öberg (2008) Civil Conflict in the Contemporary  
World – In Öberg, Magnus and Kaarestrom (edited) Resources Governances and Civil  
Conflict, p.23-42 – Routledge/ECPR studies in European Political Science.
- Lopes, Carlos (1999) Kaabunké: Espaço Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e  
Casamance pré-Coloniais, - Comissão Nacional para as Comemorações dos  
Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- Monteiro, António Isaac (1993) A origem étnico-cultural, o estado e a integração nacional  
in: Guiné-Bissau vinte anos de independência: Desenvolvimento e democracia, balanço  
e perspectivas, INEP, Bissau, p.347-356.

- Nations Unies (2007) - Base conceptuelle pour la consolidation de la paix du système onusien adopté (en mai 2007) par le Comité des Politiques du Secrétariat général des Nations Unies.
- OCDE-CAD (2008) - Le renforcement d'État dans les situations de fragilité: Premières conclusions, août 2008 – OCDE-CAD.
- Pélisier, René (1989) História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841-1936) Volume I, Tradução de Franco Sousa, Editorial Estampa Lda., Lisboa.
- Ribeiro, Carlos (1989) A história da construção nacional na Guiné-Bissau (articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial) - in INEP (1989) A construção da Nação em África – pp. 219-242, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- Rocher, Guy (1989) Sociologia Geral – Mudança Social e Ação Histórica. Editorial Presença, Lda. Lisboa.
- Rudebeck, Lars (1993) Observações sobre a democratização, na Guiné-Bissau e em outros países, vinte anos após a independência - IN AUGEL, Johannes e Carlos Cardoso (1993) Guiné-Bissau – Vinte Anos de Independência: desenvolvimento e Democracia – Balanço e Perspectivas – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau., p. 357-365.
- UNESCO (2012) «Culture de la paix en Afrique de l'Ouest: un impératif de développement économique et une exigence de cohésion sociale» - 4 et 5 juin 2012, Rapport du Forum international de réflexion, Abidjan, Côte d'Ivoire.
- UNIOGBIS (2008) A Abordagem Integrada de Género no Quadro Estratégico para a Consolidação da Paz - Atelier de Consulta Nacional na Guiné Bissau, 17, 18, 19 de Junho de 2008, Bissau.
- Voz di Paz (2010) Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos: a voz do povo - Resultados da auscultação nacional realizada em 2008 – Edição Voz di Paz / Interpeace, Bissau.

## ANEXO I

### **Metodologia de realização da conferência**

Após uma análise cuidadosa dos documentos e da organização da primeira fase, por parte da Comissão organizadora, importa citar algumas prioridades temáticas a ter em conta durante a realização da Conferência.

Esta segunda fase deve ser orientada por debates de diferentes temáticas selecionadas a partir das auscultações feitas. Porém, ao nosso ver, pese embora não seja vocação da conferência fazer a reconciliação nacional, é importante que haja depoimentos (escritos e verbais) de alguns implicados, de testemunhas e/ou das famílias afetadas, de modo a medir os impactos presentes e o grau de sentimento (emoções) que ainda abalam a sociedade guineense em geral. Por outro lado, esses depoimentos, a par das auscultações serão importantes para a preparação da fase pós conferência, sobretudo nas orientações e mecanismos do projeto de uma verdadeira reconciliação nacional.

Uma vez que estes temas têm muito a ver com as auscultações feitas seria importante durante a fase dos debates que houvesse um enquadramento (restituição) daquilo que foi o posicionamento dos auscultados perante o tema de modo a relançar o debate.

No entanto, após contributos e leituras retemos cinco temas que nos parecem indispensáveis em termos de propostas e abordagens a ter em conta durante a conferência, que a subcomissão técnica poderá reconfigurar melhor.

#### **PROPOSTA A):**

##### **1 – O painel da defesa e segurança**

Devido a violência, a criminalidade, a impunidade, associadas a fraca participação das mulheres nas forças de defesa e segurança, este painel deve convidar o Estado a desempenhar a sua função de proteger a população e a integridade territorial, no uso legítimo das suas forças. A preocupação de fazer reforma neste setor pode ser enriquecida através de outras experiências africanas:

- Reformas formais que melhorem a governança e as funções das instituições do sector da segurança, particularmente o exército e a polícia, exemplo da República Democrática do Congo, da Libéria, do Sudão do Sul e de Timor-Leste;
- O processo de desmobilização, desarmamento e reinserção (DDR), há experiências da República Democrática do Congo, da Libéria e do Sudão do Sul que podem ser aproveitadas;
- O reforço dos mecanismos e/ou do papel das organizações suscetíveis de monitorar as instituições do sector de segurança, pode-se explorar as experiências dos parlamentos de Burundi, da República Democrática do Congo e da Libéria;
- Encorajamento de iniciativas das instituições concernente a defesa e segurança a nível local, e o papel positivo das organizações e atores locais no reforço da segurança colectiva;

## **2 – A temática da justiça e consolidação do Estado de direito**

Justiça e resolução pacífica de conflitos são mecanismos de garantia e consolidação do Estado de Direito. Este painel que desafia a capacidade do Estado em governar através de leis, resolver conflitos tomando decisões independentes de modo igual para todos os cidadãos, deve basear-se em seguintes temáticas:

- Reforço de capacidade, a todos níveis, dos quadros e das instituições judiciais e legais;
- Expansão e acesso da justiça especialmente aos mais desfavorecidos, marginalizados e afetados por conflitos. Algumas experiências tradicionais. Disso há experiências da República Democrática do Congo, da Libéria, do Sudão do Sul e de Timor-Leste, que podem ser exploradas;
- Mecanismos de apoio, incluindo os sistemas não formais e tradicionais de resolução pacífica de conflitos, a nível central e local;
- Desenvolvimento e implementação de estratégias de luta contra a impunidade e a corrupção.

## **3 – Estado e a gestão de recursos e das necessidades básicas da população**

Este painel refere a capacidade do Estado em atender de forma positivas as necessidades e os serviços básicos da população. Assim, o Estado deve preocupar-se:

- Em estabelecer um sistema de gestão das finanças públicas eficaz, capaz de cobrar as receitas e cuidar do bem social da população;
- Em criar mecanismos e instrumentos de gestão equitativa dos recursos naturais e gestão da posse de terra;
- Em criar mecanismos através dos quais o cidadão pode fazer pedidos e participar nas decisões que o afetam no seu quotidiano.

#### **4 – O contributo da sociedade e de atores intermédios na construção da paz**

Este tema refere-se a capacidade e experiências tradicionais que as sociedades e/ou comunidades detêm ao longo dos seus percursos na auto-regulação de conflitos. Assim, as prioridades devem ser no sentido de:

- Conhecer iniciativas comunitárias e tradicionais de promoção e reconciliação nacional e fortalecimento de capacidade destas comunidades para gerir conflitos. Disso há experiências de República Democrática do Congo, da Libéria, da Serra Leoa e de Timor-Leste;
- Reforçar a coesão social e capital social, como capacidade de organização e de definição de objectivos e fins comuns de qualquer estrutura;
- Analisar a mobilização das Mídias, a participação e o envolvimento dos cidadãos (mulheres e jovens) e de atores intermédios (ONG) durante as principais fases importantes do processo de construção da paz e o reforço do Estado.

#### **5 – A estabilidade governativa e a cooperação regional: que alianças?**

Este painel deve focalizar não só a disponibilidade das instituições regionais no processo de manutenção da paz mas, também, a capacidade do país em instituir relações de cooperação positiva e construtiva com estas instituições na prossecução dos objectivos visados. As prioridades definidas podem ser:

- Integridade territorial e gestão fronteiriça;
- Integração sub-regional e questão de livre circulação de bens e serviços;
- As instituições internacionais e regionais e os acordos de paz.

### **PROPOSTA B):**

A segunda proposta, após debate de validação em Canchungo, seria termos um lema para a conferência: **“Desafios da construção de um Estado de Direito através da consolidação da paz e da democracia na Guiné-Bissau”**.

Que depois seria dividido por cinco temas a saber:

- 1) **Democracia na Guiné-Bissau : Que experiência?**
- 2) **O Papel e a responsabilidade dos partidos políticos e de outras instituições do Estado na construção da democracia e a paz na Guiné-Bissau.**
- 3) **Experiências da sociedade civil (ONG, entidades religiosas, instituições académicas etc.) na construção da democracia e da paz.**
- 4) **Os Médias e desafios da paz e democracia na Guiné-Bissau.**
- 5) **Guiné-Bissau e os desafios de boa governação, segundo a comunidade internacional.**



ANEXO II

SLIDES POWER POINT  
DA RESTITUIÇÃO DOS TRABALHOS  
DE SÃO DOMINGOS